

9º CONGRESSO

Movimento Democrático de Mulheres

PELOS DIREITOS E
DIGNIDADE
DAS MULHERES

*A URGÊNCIA
DE LUTAR POR ABRIL*



movimento democrático de mulheres

Saudação ao Congresso

Fernanda Lapa
Lisboa

Amigas e companheiras,

Sinto-me particularmente honrada por ter sido indigitada para endereçar a saudação de abertura ao 9.º Congresso do nosso Movimento - o Movimento Democrático de Mulheres.

Um congresso que na sua preparação, iniciada há vários meses, e na sua realização, é expressão de democraticidade, de participação das suas aderentes, activistas e dirigentes - mulheres que hoje, neste Fórum Lisboa, são representadas pelas Congressistas. São elas que irão proceder à avaliação da intensa actividade desenvolvida pelo MDM desde o 8.º Congresso, em 2010, até ao presente momento. São elas que traçarão as linhas orientadoras do Movimento para os próximos quatro anos e elegerão o novo Conselho Nacional.

Um Congresso que dará voz às Mulheres do meu País neste século XXI, como Maria Lamas o fez há 66 anos (1948), na obra que representou na época a reportagem mais emblemática sobre a realidade das mulheres, num tempo em que eram negados todos os direitos às mulheres portuguesas.

“As Mulheres do meu País” é parte integrante de uma vasta obra de Maria Lamas - a escritora, a romancista, a activista dos direitos das mulheres e da paz, que nasceu a 6 de Outubro de 1893, em Torres Novas, ou seja há 121 anos. Um livro que, tal como é referido na reedição de 2002, pela Editorial Caminho, nasce da urgência e da ofensa, estabelecendo um retrato cru da condição feminina portuguesa em pleno fascismo. “As Mulheres do meu País” surge na vida de Maria Lamas no prolongamento da sua actividade no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e na sequência da decisão da PIDE de encerrar esta organização.

Maria Lamas faz parte de um vasto conjunto de mulheres portuguesas que permanecem na nossa memória colectiva, mas também de muitas outras mulheres anónimas que foram e são obreiras do património de acção e de luta do Movimento Democrático de Mulheres. Um Movimento que, desde 1968, está animado pelo projecto emancipador das mulheres, abraçando a resistência e a luta contra o fascismo e sendo protagonista das rupturas e mudanças na Revolução de Abril e da persistente luta que tem vindo a ser realizada de forma continuada e consequente. Maria Lamas é, por isso, um símbolo das mulheres portuguesas presente no cartaz do “9.º Congresso: Pelos Direitos das Mulheres. A Urgência de Lutar por Abril”. A luta das mulheres e a acção do MDM, no presente e no futuro, alicerça-se numa renovada atracção pela causa emancipadora de mulheres de diversas idades e profissões, mulheres que intervêm em diversas expressões da acção organizada, no poder local democrático. Mulheres que, no presente e no futuro, darão continuidade à acção e à luta do Movimento Democrático de Mulheres e ao seu projecto de emancipação social das mulheres portuguesas.

Este Congresso, pela ampla actividade que alicerçou a sua preparação, pela ligação profunda às mulheres portuguesas e pelo que hoje irá estar em debate, é e será expressão da força e da determinação desta organização, das suas aderentes, activistas, dirigentes, e das mulheres portuguesas em prosseguir o combate para pôr fim às políticas de retrocesso social, de degradação das condições de vida e de trabalho das mulheres, de limitação ao exercício dos seus direitos em igualdade.

Uma realidade sem paralelo desde a Revolução de Abril, que assinala este ano 40 anos, realidade que impõe mudanças e rupturas para as quais é preciso um Movimento Democrático de Mulheres mais forte e mais organizado, para uma luta mais forte e organizada das mulheres portuguesas por uma sociedade onde a sua emancipação social seja um objectivo a construir todos os dias.

Saúdo, por isso, todas as amigas e companheiras congressistas oriundas dos diversos distritos e da Região Autónoma dos Açores e da Madeira, desejando a todas um bom trabalho.

Proponho que este Congresso saude as mulheres portuguesas: Viva as mulheres portuguesas! Viva o MDM!

Saúdo, igualmente, todas e todos os convidados, quer estejam aqui connosco em nome individual, quer representem as diversas entidades e organizações convidadas. A vossa presença é para nós um importante apoio.

Uma saudação muito especial às nossas companheiras representantes das mulheres e das suas organizações em diversos países:

Às Mulheres de Cuba, Federação das Mulheres Cubanas, à nossa companheira Editza Garcia Rodriguez

Às Mulheres da Palestina, União Geral das Mulheres Palestinianas, Reda Awadalla

Às Mulheres do Sahara Ocidental, União das Mulheres Saharauis, Fatma Mehdi Hassam

Às Mulheres da Grécia, Federação das Mulheres Gregas - Mairini Stefanidi e Theodosia Dalmara

Às Mulheres italianas, Associação das Mulheres do Mediterrâneo - Ada Donno

Às Mulheres de Cabo Verde, Ana Isabel Sousa e Silva, Emília Coimbra e Maria Celeste Costa

Às Mulheres da Guiné Bissau - Esperança Cardoso Carvalho

Às Mulheres Russas – Helena Bolotova e Tatiana Desiatova

Às Mulheres do Brasil e à Federação Democrática Internacional de Mulheres, que em 2015 assinala os seus 70 anos, aqui representadas pela companheira Maria Beatriz Pires da Rocha

A todas, o Congresso do MDM transmite a calorosa saudação das mulheres portuguesas: Viva a luta das mulheres do mundo inteiro! Viva as suas organizações em defesa dos seus direitos! Viva a Federação Democrática Internacional de Mulheres!

Permitam-me, prezadas amigas e companheiras, que enquanto mulher do teatro e da cultura vos expresse que o projecto que o MDM corporiza assume uma grande

importância para um vasto número de mulheres ligadas ao teatro, ao cinema, à dança, às artes plásticas e à cultura em geral. Somos mulheres que sabemos bem o valor da criatividade, dos nossos saberes e capacidades na produção cultural do nosso País. Queremos que o reconhecimento do nosso valor e da nossa participação não se fique por meros discursos de retórica por parte do poder político. Na prática a nossa vida é feita de instabilidade profissional e de falta de apoios à produção cultural.

As mulheres da cultura consideram que a Cultura é um valor que não tem preço e exigem 1% do Orçamento de Estado para a Cultura e uma efectiva valorização dos direitos de quem trabalha nesta área. As mulheres da cultura confrontam-se todos os dias com problemas e adversidades que têm a mesma causa das adversidades de todas as outras mulheres, quer sejam operárias, trabalhadoras da saúde, da educação, empregadas do comércio, entre outras. Temos bandeiras comuns de acção e de luta, em defesa dos nossos direitos e no apoio ao Movimento Democrático de Mulheres. Nós, mulheres da cultura, reivindicamos condições de trabalho para nós e direito à cultura para todas as mulheres portuguesas.

Vamos ao debate.

Viva o 9.º Congresso do MDM!

Viva as mulheres portuguesas!

Viva as Mulheres do Mundo inteiro!



Intervenções

9º CONGRESSO MDM

{ 1º Painel }

“Os direitos e a dignidade das mulheres - conquistas de Abril, retrocessos e desafios”



Pelos direitos e dignidade das mulheres

A urgência de lutar por Abril

Regina Marques

Setúbal

Estimadas convidadas e convidados.

Convidadas de organizações de mulheres e demais organizações sociais, culturais, partidárias

Estimadas Convidadas de organizações estrangeiras filiadas na FDIM

Queridas Amigas congressistas

Para todos e todas uma saudação fraterna e calorosa, uma saudação de compromisso com a luta de todas e todos por um mundo livre da opressão, um mundo de justiça e de paz, onde sejam reconhecidos como questão intrínseca os direitos e a dignidade das mulheres.

Sei que seria possível construir o mundo justo

As cidades poderiam ser claras e lavadas

Pelo canto dos espaços e das fontes

O céu o mar e a terra estão prontos

A saciar a nossa fome do terrestre

A terra onde estamos — se ninguém a traiçoasse — proporia

Cada dia a cada um a liberdade e o reino

(...)

sei que seria possível construir a forma justa

De uma cidade humana que fosse

Fiel à perfeição do universo

Com a alegria e o optimismo que gostaria que entendessem as nossas palavras li um poema de Sophia A Forma Justa

Os documentos que apresentamos ao congresso – a proposta de Resolução e a Carta dos direitos da mulher são a expressão de um trabalho colectivo de discussão que se desenrolou durante alguns meses e que culmina nesta magna reunião.

O 9º Congresso do MDM realiza-se no ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril, que foi o maior impulso para a participação das mulheres, uma experiência impar no assumir de praticas revolucionárias e na consagração de direitos. Foram momentos inesquecíveis que deixaram na memória colectiva o mais significativo canto das mulheres pela sua libertação e pela transformação social e económica do país.

Queridas Amigas

Este Congresso realiza-se num momento particularmente difícil para as mulheres portuguesas e para o nosso País. Vivem-se tempos de acentuação das desigualdades, das injustiças sociais e do

aumento galopante da pobreza. Tempos de retrocesso social em que vastas camadas de mulheres perdem direitos e qualidade de vida. A sua participação em diversos domínios está cada vez mais distante da igualdade a que têm direito.

Desde a realização do 8^a Congresso do MDM, em 2010, que se regista uma espiral de agravamento na situação das mulheres em diversos domínios com novos e mais graves desenvolvimentos gerados particularmente pelas políticas da troika e da austeridade.

Vivemos um tempo particularmente incerto para as mulheres jovens. E esse tempo incerto, o tempo de luta para qualquer mudança é como dizemos *Hoje e Agora*. *Hoje* porque não é adiável sob pena de retrocedermos aos tempos remotos da história. *Agora*, porque a cada instante há coisas novas que se perdem, sobressaltos a que urge dar resposta, instantes imprevisíveis mas que podem mudar o curso da história.

Como se pode ler na Resolução, em Portugal, quase 17% da população com menos de 29 anos não tem qualquer actividade, ou seja nem estuda nem trabalha. Portugal é o décimo país do mundo com maior percentagem de jovens inactivos. O desemprego atingiu mais de 10% dos diplomados em Portugal. Grande parte dos diplomados não vê reconhecida a sua valorização académica nem o esforço de melhoria das suas habilitações. O congelamento de carreiras na administração pública e o congelamento das admissões na função pública, que era uma das principais entradas para a vida activa de um(a) jovem recém-formado(a) retira aos jovens o sonho de entrar numa vida activa, nela progredir e crescer. As jovens sentem-se num país adiado. As mulheres diplomadas que são a maioria, as licenciadas em profissões muito feminizadas como são as enfermeiras e as professoras, lutam como nunca pela sua dignidade profissional para que não lhes seja roubado o orgulho de ser professora ou enfermeira. Obrigadas a aceitar trabalhos mal pagos, com horários desajustados da vida familiar, adiam projectos de vida, adiam os sonhos que as levaram a estudar e trabalhar, muitas vezes com grandes sacrifícios pessoais e familiares. Inseridas num mercado de trabalho hostil e precário, muitas caminham para a rotina, perdem a ligação aos amigos, perdem a ligação à vida social e cultural. Com falta de expectativas quanto ao futuro adiam a maternidade, adiam a vida a dois.

Não têm tempo para o lazer nem para a sua própria valorização pessoal. A saída profissional deixou de ser fruto do esforço pessoal mas da ocasião e da sorte. As mulheres jovens vivem de facto um tempo incerto. De uma incerteza que tem a ver com a situação de degradação social em que afinal vivemos e que importa antes de mais alterar, convocando a participação das jovens

A função social da maternidade é posta em causa num país que detém uma das taxas de fecundidade mais baixas da Europa. Uma em cada três famílias monoparentais com crianças está em risco de pobreza.

Acentuam-se a crescente limitação ao direito de todas as mulheres em aceder em igualdade a serviços públicos fundamentais como a segurança social, a saúde, a justiça, escola pública.

A designada austeridade imposta pelo actual governo constituiu um ataque sem precedentes às funções sociais do Estado e a importantes serviços públicos.

Por vontade expressa do actual governo e dos promotores destas políticas a austeridade é para ser “institucionalizada” para as próximas décadas.

O Orçamento do Estado para 2015 em discussão na Assembleia da República é bem expressão do

prosseguimento de uma verdadeira cruzada contra o País, o Povo Português e contra os direitos das mulheres.

Queridas amigas. Estimadas Convidadas

As mulheres são cerca de metade da população ativa em Portugal, mais de metade da habilitada com o ensino superior e cerca de metade dos trabalhadores com o ensino secundário.

Nos serviços as mulheres são 56%, 36% na agricultura e 31% na indústria.

A presença da mulher em carreiras científicas em Portugal é muito forte, contribuindo significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Elas são a grande força na docência, na investigação, no desenvolvimento de projectos científicos, na criação de pequenas empresas inovadoras.

Defendemos que o trabalho das mulheres é uma fonte de riqueza para o país e a promoção da mulher no mundo do trabalho é uma questão absolutamente fundamental para a sua emancipação mas também para o desenvolvimento e progresso do País.

Defendemos que para sair da crise e da recessão em que vivemos há que promover as mulheres no trabalho, qualificando os postos que ocupam, valorizando os seus salários com justiça e respeito social.

Por isso defendemos que importa continuar a avaliar as potencialidades dos nossos recursos, o desaproveitamento e mesmo desperdício que comporta a não valorização do trabalho feminino. Perceberemos como se trata de factores que exponenciam as desigualdades na distribuição da riqueza que vai sendo criada e gerada, mesmo em tempo de crise.

Também defendemos que só com uma forte organização de mulheres é possível transformar também o espaço privado que, para muitas é ainda marcado por sinais inequívocos da opressão sexista, intimamente ligados à condição de subalternidade da mulher na cena pública.

Para o MDM, a luta das mulheres pelos seus direitos como mulheres, mães, cidadãs e trabalhadoras é um factor complexo mas decisivo, na luta geral pela emancipação das mulheres e da humanidade. Esse é o caminho que queremos aprofundar.

Queridas amigas

Da análise que fomos fazendo, concluímos que estes 4 anos corresponderam a um período muito fecundo e de grande actividade do MDM, e em que foi possível contar com a colaboração muito empenhada de jovens muito qualificadas e arrojadas que deram um grande contributo a todas as actividades do MDM, a nível regional e nacional.

A actividade desenvolveu-se em muitas áreas e dimensões como se atesta no relatório de actividades submetido ao congresso. Dando ênfase à mobilização, estudo e aprofundamento, foi possível e gratificante inserir muitas mulheres nas actividades, mobilizar organizações e entidades locais, autarcas, sindicatos, escolas e universidades, bem como a comunidade em geral, para intervir e pensar com o MDM. As parcerias com as mais variadas organizações e o seu funcionamento em rede revelaram-se uma estratégia de grande importância no desenvolvimento do trabalho, na

formação de opinião e de comunicação do MDM. O diálogo, a reflexão, a criação de opinião com os demais agentes em interligação foram importantes veículos de disseminação de referenciais de informação.

Nestes últimos 4 anos, o MDM desenvolveu um conjunto de projectos sobre grandes temáticas que preocupam as mulheres e urge soluções. Projectos que não findaram, porque são isso mesmo, articulam-se com outros e vão fazendo um caminho do enlace e de empolgação suscitando uma cadeia de possibilidades entre nós que nos engrandece.

Mas o MDM não se ficou por estes projectos. Esteve nas manifestações de rua contra as políticas de austeridade, porque afinal se comprova que a austeridade não é, nem será, compatível com a igualdade. Solidarizou-se com as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores em geral. Solidarizou-se com as trabalhadoras das autarquias, da saúde, das escolas, da administração pública. Apresentou projectos dando corpo a prerrogativas da nossa luta, como por exemplo dar visibilidade ao trabalho silencioso e ocultado de muitas mulheres.

Foi assim com a candidatura pelo MDM de Faro ao Prémio Maria Veleda instituído pela Direcção Regional da Cultura do Algarve. Destinado a premiar uma mulher algarvia com currículo em prol da igualdade e da cidadania, é com orgulho que divulgamos neste Congresso que tendo o MDM apresentado a candidatura de Margarida Tengarrinha, foi ela a vencedora do primeiro premio por unanimidade.

Momento relevante deste mesmo objectivo, de não deixarmos passar a história sobre nós, não permitindo que seja escrita por quem a quer apagar ou escrever de outra maneira, foi a apresentação da proposta à Assembleia da Republica, em 6 de Dezembro de 2013, para atribuição das Honras de Panteão Nacional a Maria Lamas, na data precisa que marcava os 120 anos do seu nascimento.

Tratou-se de uma proposta pioneira, que foi levada pelo MDM muito antes de outras estarem nas páginas dos jornais. Maria Lamas deverá em nosso entender, e de muitas outras personalidades que a conheceram, entrar no Panteão Nacional, porque é testemunho perene da afirmação dos direitos das mulheres e a sua presença acrescenta valor político democrático a essa instituição.

Para o desenvolvimento do processo dentro da AR contamos com toda a organização do MDM para se envolver ainda mais, dando jus ao nosso grande desígnio de fazer com o que o Panteão seja casa de uma mulher que foi a mais insigne defensora dos direitos das mulheres, nossa Presidente Honorária, figura determinada durante o fascismo na luta pela organização das mulheres

Podemos hoje dizer que toda a acção do MDM se traduziu na afirmação do seu projecto emancipador. Uma intervenção que alicerçada na dimensão nacional do MDM e na defesa dos direitos das mulheres portuguesas teve sempre presente a importância do diálogo e acção comum com organizações de mulheres de diversos países, assumindo sempre as suas responsabilidades no âmbito da Federação Democrática Internacional de Mulheres e na solidariedade com a luta das mulheres no Mundo.

No plano internacional, o alastramento de grandes conflitos e guerras no Médio Oriente e na Europa, deixam antever perigos e tempos conturbados, que exigirão uma importante mobilização.

No seio das instâncias europeias, permanecem as contradições entre o discurso a favor da igualdade e as orientações que são responsáveis pelo agravamento do desemprego e da pobreza, pela

destruição de importantes direitos laborais e sociais na União Europeia. Uma lógica inaceitável que se repercute no agravamento das condições de vida e na limitação de importantes direitos para milhões de mulheres. Neste quadro, o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011-2020), aprovado pela Comissão e pelo Conselho Europeu, não é mais que uma carta de intenções e de propaganda, que importa desmontar, a partir da acção organizada das mulheres em cada país.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2000-2015, que estabeleceram metas de desenvolvimento para as mulheres dos países mais pobres estão longe de ser cumpridos. A verdade é que a desigualdade e a discriminação em função do sexo, o empobrecimento, a morte por falta de assistência na saúde sexual e reprodutiva, a fome, a violência física, sexual e moral e as guerras continuam a flagelar severamente as mulheres em todo o mundo.

Queridas Amigas

A nossa Resolução *Pelos Direitos e Dignidade das Mulheres – a Urgência de lutar por Abril* sublinha as grandes conquistas de Abril, exactamente para dar a ver aos mais novos e relembrar aos mais velhos quanto se avançou no Portugal de Abril, e afirmar que é urgente:

Retomar a letra da nossa Constituição, retomar o cultivo da terra no Alentejo que está de novo abandonada, retomar a industrialização do país, diversificar e qualificar a mão de obra, dar incentivo à investigação e à produção científica e tecnológica, pondo estes recursos ao serviço do desenvolvimento, da criação de emprego e da erradicação da pobreza.

Na *Carta para os Direitos da Mulher*, que propomos ao Congresso definimos como estratégia para os próximos 4 anos:

Agir e Defender Direitos! Agir Por Valores Democráticos! Agir Pela Paz!

Mas também EXERCER DIREITOS! DEFENDER A DIGNIDADE! DAR FORÇA À LUTA EMANCIPADORA DAS MULHERES

Como sabemos, os direitos das mulheres têm grande centralidade na construção da dignidade e igualdade humanas, dando corpo e forma a valores como a liberdade, a cidadania, a solidariedade e a tolerância. Interdependentes e indivisíveis, os direitos das mulheres são direitos fundamentais integradores da nossa Democracia.

Com o propósito de concretizar a Carta dos Direitos da Mulher, o MDM assume neste 9º Congresso a urgência de lutar pela igualdade e os direitos das mulheres em Portugal e no mundo, sendo certo que a solidariedade com as mulheres e os povos que é uma razão estruturante da nossa intervenção implica a defesa da cooperação e entreatajuda, a unidade, a defesa do direito à autodeterminação dos povos e o respeito pelas suas opções políticas, sem ingerências nem agressões estrangeiras.

Com toda a nossa determinação e alegria, assumimos neste 9º Congresso, a urgência de lutar por Abril e por um mundo de Paz.

Igualdade não tem idade
A luta das mulheres idosas por melhores pensões
e pelo direito a viver em igualdade e dignidade

Luísa Vitorino

Lisboa

Queridas amigas Congressistas e amigas/amigos convidados,

O agravamento da vida dos idosos, em particular das mulheres, é uma realidade dura. De modo a dar visibilidade e reforçar o protesto, o MDM teve uma intervenção na área do envelhecimento designada “Direitos das Mulheres – Igualdade não tem idade”. Regista-se uma feminização dos idosos, crescente à medida que se consideram escalões etários mais velhos.

No nosso país as mulheres têm salários mais baixos e, conseqüentemente reformas baixas; muitas são obrigadas a reformar-se mais cedo porque a vida dura, o trabalho dentro e fora de casa as envelhece precocemente, ou porque em caso de doença de pais e sogros continuam a ser elas as cuidadoras. Todo o seu trabalho, uma vida de sacrifício e luta, não é reconhecido nem socialmente, nem pelo Estado, sendo a maioria das idosas duplamente excluídas porque são pobres e são mulheres.

Muitas idosas vivem em solidão, sem afectos, num amargo esquecimento, sendo mais grave as que estão no limiar das condições de pobreza.

Queridas Amigas,

O acesso aos cuidados de saúde de proximidade foram dificultados, os custos dos utentes foram agravados, o encerramento de postos clínicos, centros de saúde e serviços de internamento, a falta de médicos e enfermeiros, e ainda a ausência e o preço dos transportes públicos levam muitas idosas, com poucos recursos económicos e reduzida mobilidade, a não fazer consultas de prevenção, rastreio e tratamento, inclusive de doenças crónicas.

Na protecção social que está pior na sequência dos cortes do governo de diversos subsídios: complemento solidário para idosos, complemento por dependência, rendimento social de inserção, subsídio por morte e funeral.

As mulheres têm maior esperança de vida, existem aldeias onde só vivem idosas que, completamente isoladas, são alvo fácil de violências.

Muitas mulheres participam e dirigem associações de reformados e academias séniores, adquirindo saber e partilhando a sua experiência de vida.

O momento que atravessamos exige uma luta de fôlego, resistência e mobilização, na defesa dos nossos direitos e das conquistas de Abril.

Mudar de política e de governo deve ser uma exigência de todas nós.

É com grande esperança na força e reforço do MDM que iremos pugnar por estas medidas:

- * Assegurar o acesso pleno em igualdade e qualidade ao SNS;
- * Aumentar as reformas e pensões;

- * Garantir habitação digna e revogar a actual lei das rendas;
- * Promover uma rede na protecção social adaptada às transformações sociais e demográficas, com capacidade de resposta nos equipamentos, estruturas e técnicos;
- * Desenvolver os princípios da acessibilidade universal, com uma Rede Nacional de Transportes Públicos com preços acessíveis;
- * Combater todos os tipos de violência, com campanhas de sensibilização e meios que garantam a defesa efectiva das vítimas, com casas de abrigo adequadas a esta faixa etária e com resposta penal mais rápida e eficaz.

Queridas Amigas,

Termino apelando para que, unidas, levemos às nossas terras a nossa palavra de divulgação dos direitos dos idosos.

Viver em igualdade, com dignidade, porque os direitos das mulheres não têm idade!

A luta das mulheres trabalhadoras no distrito do Porto

Márcia Oliveira

Porto

A luta das mulheres trabalhadoras no distrito do Porto, tal como no resto do país, tem sido uma constante ao longo dos tempos, não obstante, a história escrita e reescrita, ocultar, frequentemente e quase de forma sistemática, a participação activa das mulheres, quer seja nas lutas gerais de todos os trabalhadores, quer seja nas suas lutas específicas.

Embora o papel fundamental das mulheres, o seu contributo insubstituível para a democracia e para o seu aprofundamento, não seja devidamente valorizado, sabemos que as mulheres conscienciosa e deliberadamente sempre estiveram presentes e sempre se mobilizaram para lutar por melhores condições de vida, quer seja resistindo, quer seja avançando.

É indiscutível, uma cada vez maior participação das mulheres na esfera política, sindical e associativa, reflexo de uma liberdade conquistada com o 25 de Abril.

As lutas sectoriais, nos locais de trabalho constituem um aspecto fundamental para uma alteração qualitativa das suas condições de vida e para a sua emancipação.

Face ao actual momento político, económico e social, de extrema gravidade e representativa de um verdadeiro retrocesso civilizacional para todos os trabalhadores, mas em particular para as mulheres, consequência da política de direita e da austeridade, assistimos ao aumento das desigualdades e das discriminações.

Portugal apresenta hoje, um maior índice no que toca às desigualdades entre mulheres e homens.

Mas com o crescimento das desigualdades, assistimos também a uma intensificação das lutas e a uma maior presença das mulheres. Veja-se a luta das professoras, das enfermeiras e da Administração Pública em geral.

Sendo certo que estas lutas são por um lado, daquelas mulheres trabalhadoras, mas são também de todas as mulheres, na defesa dos serviços públicos, pela saúde, pela educação, pela segurança social.

Veja-se ainda o caso das Amas, que se juntaram recentemente, no protesto no Porto, pelo devido reconhecimento enquanto profissionais. Uma vez mais, estamos perante um trabalho das mulheres quase invisível, desvalorizado, mas absolutamente estruturante para a sociedade, desempenhando uma função social, educando crianças, na falta de uma suficiente rede pública de creches, perante uma resposta capaz das instituições particulares da segurança social.

No entanto, o seu enquadramento é precário e são consideradas trabalhadoras independentes, a recibo verde, com todas as implicações que daí advêm.

O distrito do Porto é particularmente afectado pelo desemprego, pelos baixos salários, e é também no Porto que existe um maior número de beneficiários do rendimento de inserção social, sendo uma vez mais, as mulheres as mais afectadas.

No distrito do Porto, as mulheres estão presentes nas lutas pela defesa dos serviços públicos, contra as privatizações, contra o encerramento de unidades de saúde e serviços de urgência, escolas, postos de correio, esquadras e postos da PSP, contra a concessão ao sector privado das Empresas Públicas de Transportes – STCP e Metro do Porto.

Também no distrito do Porto, o encerramento de empresas, em particular do sector têxtil e vestuário, que emprega maioritariamente mulheres, tem sido uma constante, lançando mulheres para o desemprego sem perspectivas de futuro!

Mas também aqui, as mulheres fazem ouvir a sua voz e não deixam passar em silêncio o encerramento das empresas e insolvências muitas vezes fraudulentas.

Cada vez mais, as mulheres defendem os seus direitos no que toca à parentalidade, ao gozo de licenças, ao horário flexível quando estão em causa responsabilidades familiares, exigindo o cumprimento dos seus direitos, não abdicando dos instrumentos legais que permitem, neste aspecto, a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Naturalmente, que esta conciliação não se esgota na prerrogativa da parentalidade e que esta conciliação é difícil e fica naturalmente prejudicada com a desregulamentação dos horários de trabalho e bancos de horas, e que as políticas laborais impedem essa mesma conciliação e a participação na vida pública.

Porque o espaço público deve ser também das mulheres, porque só assim, podemos falar de liberdade para as mulheres, liberdade não só para o trabalho, para a família, mas também para o livre desenvolvimento da sua personalidade, das suas potencialidades criativas e intelectuais.

E porque existe um longo caminho a percorrer, porque existem obstáculos mais e menos visíveis, o lugar da mulher, hoje, é inevitavelmente, no espaço público, na política, nos sindicatos, juntando-se à luta geral dos trabalhadores.

Mas essencial e insubstituível, é a sua participação na luta específica pelos seus direitos enquanto mulheres!

É a sua participação na organização de mulheres!

Porque é das mulheres em primeira linha, dar corpo a um projecto que é seu e a uma luta que é a sua!

Viva a Luta das Mulheres!

Viva o MDM!

Abril e os retrocessos nos direitos das mulheres

Dulce Rebelo

Lisboa

Neste novo Congresso do MDM celebramos com júbilo os 40 anos do 25 de Abril, a ser sempre lembrado.

Abril trouxe-nos a liberdade e a democracia, o direito ao trabalho, a reposição do valor dos salários, o aumento das pensões de reforma e de invalidez, a fixação do salário mínimo, que tanto veio melhorar o nível de vida dos portugueses.

Abril trouxe-nos o Serviço Nacional de Saúde, a licença de parto, o aumento do abono de família, o desenvolvimento da escola pública, o poder local democrático.

Abril foi a concretização dos sonhos e anseios das mulheres que durante anos e anos lutaram pela liberdade, pela autonomia, pela independência económica e social, por melhores salários, pelos direitos de cidadania.

Em liberdade, novas perspectivas surgiram para as mulheres com as amplas conquistas:

- * o direito ao voto sem quaisquer restrições , que tinha sido a bandeira de luta das republicanas;
- * o direito à educação em igualdade;
- * o direito ao trabalho sem discriminações;
- * o acesso a carreiras nunca antes contempladas (na administração pública, na diplomacia, na magistratura);
- * o reconhecimento de igualdade de direitos e deveres na família;
- * a lei da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) , que veio combater o flagelo do aborto clandestino.

O MDM muito contribuiu com a sua acção para a mudança do estatuto da mulher.

Desde 1969, como força social de mulheres organizadas, participou em todas as lutas e reivindicações femininas, denunciando e combatendo desigualdades, humilhações e violências sofridas pelas mulheres no espaço privado e no público, e exigindo o fim das discriminações e injustiças.

No tempo presente, tempo de crise económica, financeira e social, gerada pelo neocapitalismo, as conquistas da revolução estão a ser postas em causa.

As políticas de austeridade impostas pelos últimos governos à população em estreita obediências aos ditames da “troika”, têm conduzido o país à recessão económica, à perda de direitos (inscritos na Constituição da República Portuguesa), ao aumento da pobreza.

Os cortes nos salários, nas pensões, nas reformas e nos subsídios, e os despedimentos colectivos são alguns dos factores que têm provocado o agravamento das condições de vida dos portugueses, e em particular das mulheres, pois são estas que se encontram em posição mais fragilizada.

São as mulheres as primeiras a serem despedidas.

São elas que atingem a mais elevada taxa de desemprego (16,4% em 2013).

São elas que sobressaem no desemprego de longa duração, atingindo proporções alarmantes (54,7% em 2013).

São as mulheres que estão em maior número no trabalho precário (45% em 2012).

São ainda as mulheres que com baixos rendimentos, devido a discriminações salariais e outras de que foram alvo toda a vida, e à diminuição dos apoios sociais, atingem a maior taxa de risco de pobreza (18,6% em 2012) que se acentua com o envelhecimento (27% em 2013).

Voltamos a viver momentos duros e difíceis, que têm de mudar.

As mulheres estão atentas e vigilantes e sabem donde vêm os perigos e os ataques, mas não esmorecem.

O MDM, que repudia todas as políticas abusivas e insustentáveis, é uma força mobilizadora de vontades.

Esclarecendo, intervindo, apontando saídas para pôr cobro às discriminações, o MDM, em cooperação com todas as mulheres democratas, continua a empenhar-se na luta contra as desigualdades crescentes.

Em defesa dos direitos das mulheres valoriza a sua energia, adesão combativa, entusiasmo para mudar as políticas de direita e devolver ao país os princípios e os valores de Abril.

Viva o 9º Congresso do MDM!

Solilóquio duma actriz ao caracterizar-se

Andreia Egas

Setúbal

Vou representar uma bêbeda

Que vende os filhos

Em Paris, no tempo da Comuna,

Tenho só cinco frases.

Mas também tenho que caminhar rua acima.

Vou andar como alguém liberto,

Uma pessoa que, além do álcool,

Ninguém quis libertar, e hei-de-

-me voltar, como os bêbedos que receiam

Que os persigam, hei-de voltar-me

Para trás para o público.

Examinei as minhas cinco frases como documentos

Que se lavam com ácidos, pra ver se por baixo das

letras bem patentes,

Não há ainda outras. Direi cada uma delas

Como um ponto de acusação

Contra mim e contra todos os que me olhem.

Se não tivesse ideias então pintava-me

Simplesmente como uma velha bêbeda

Depravada ou doente, mas eu vou entrar em cena

Como uma mulher bela que foi destroçada,

De pele amarela, outrora macia, agora devastada

Outrora apetecível, agora um horror tal

Que cada um pergunte: Quem

Foi que fez aquilo?

Bertolt Brecht

2014. Assinalamos e comemoramos este ano os quarenta anos depois do vinte e cinco de Abril. E fazemo-lo porque temos consciência das profundas alterações que se deram na sociedade portuguesa e, também, porque sabemos que, embora essas alterações tenham sido cruciais para o desenvolvimento e emancipação de um país, existe na opinião pública um bulcão que pretende, de uma forma mais ou menos dissimulada, fazer crer que foi um acontecimento de somenos importância.

Os quarenta e oito anos de fascismo condenaram os portugueses e as portuguesas obrigando-os ao exílio, à emigração ou à miséria. No campo das artes e da cultura foram anos de obscurantismo que impediram que muita coisa fosse feita. E tudo o resto tendo sido feito às escondidas ou sobre a censura do lápis azul. A cultura tinha, através da mão de António Ferro, a bandeira do regime – isso era visível através do teatro de revista e dos grupos de folclore tradicionais, do fado. Isto para fazer veicular as ideias do regime ditatorial que se vivia.

Com a conquista da liberdade rapidamente se começou a trabalhar para inverter este plano e para transformar revolucionariamente as artes e a cultura. Isso foi visto de diferentes maneiras, no interior do nosso país, as populações das aldeias e vilas mais longínquas tiveram a oportunidade de, pela primeira vez, poderem assistir a peças de teatro vindas de outros locais. Múltiplos grupos de teatro, de cantares, de danças foram criados, em colectividades e associações, tanto nas grandes cidades como no interior. Foi só com o vinte e cinco de Abril que se concretizou a profissionalização deste sector. Com o forte impulso e dinamismo que se fez sentir naquela altura, viu-se abrir espaço à disseminação de várias escolas de teatro através do processo de descentralização, que permitiu então que houvesse teatro para além de Lisboa e Porto. A formação de novas companhias fora dos grandes centros permitiu que surgissem dois fenómenos: o de formação de públicos e o de formação de profissionais (actores, marionetistas, encenadores, cenógrafos, técnicos, etc).

Foi um trabalho árduo, este da democratização cultural. Ainda assim, estávamos no princípio. Urgia a continuação desse trabalho em modo estruturado e sustentável para que se pudesse aprimorar, enquanto categoria profissional, todo um sector marcado por uma forte instabilidade devido a diversos critérios. Em primeiro lugar, devido a opções estratégicas dos sucessivos governos no modo como encararam a cultura, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista financeiro. Depois, por inúmeros preconceitos profundamente enraizados na nossa sociedade. Todos sabemos que há uma franja da sociedade, e que é mais de metade – nós, as mulheres – que é a mais prejudicada. O desemprego entre as mulheres é maior, a taxa de pobreza é maior – em todas as faixas etárias; a precariedade, o abuso e o assédio sexual é incomparavelmente maior. No teatro e nas artes não é excepção, pelo contrário. Por vários motivos, e tudo começa com uma questão de semântica... Ser actriz ou bailarina... Não são propriamente profissões que se apresentem. Encenadora, escritora, cenógrafa... Ainda vá, mas mesmo assim... Todas as profissões ligadas ao espectáculo, de uma forma geral, não são compreendidas enquanto tais. São entendidas pelos outros como hobbies, distrações, e nunca como uma profissão como as demais. Muitas vezes damos connosco a repetir – à mesma pessoa e no mesmo contexto – o que realmente fazemos para viver. Acho que, ainda assim, depois se esquecem.

Muitos pais temem pelo futuro dos filhos ao saber que estes querem incorrer numa carreira artística, por acharem que se trata de um laivo de leviandade e de libertinagem do filho, que este apenas quer uma oportunidade para ser boémio. Agora imaginemos isto aplicado às mulheres. Não é preciso pensar muito para imaginar o que nos chamarão. E, se os pais têm algum receio

quanto às vontades de futuro dos filhos, podemos compreender, não por esses motivos, mas por outros, tais como a intermitência, o desemprego recorrente, a deslocalização, o emprego múltiplo.

Neste sector, contar-se-ão pelos dedos das mãos as atrizes que têm, ou alguma vez tiveram, um contrato de trabalho. Contar-se-ão aquelas que podem dizer que tiveram trabalho o ano inteiro e que sabem o que vão estar a fazer no ano que vem. Contar-se-ão aquelas que engravidaram e não foram postas no “olho da rua”. Ou aquelas que mesmo doentes tiveram de continuar a trabalhar, porque “o espectáculo tem de continuar!”

Como mulheres, há ainda uma outra forma de chantagem que não é recente, em que, muitas vezes, determinada profissional é escolhida para um trabalho em detrimento da sua beleza e das suas amizades íntimas com quem decide. Numa profissão de exposição exponencial, em que todo um ser humano está em completa “montra”, o uso e abuso da imagem do corpo da mulher e o que com ele se faz, são decididos por outros, de acordo com valores que de artístico nada têm.

Para além de tudo isto, pertencemos a um grupo profissional pequeno, em termos numéricos, o que poderia ser à partida uma vantagem, mas vemo-nos divididos em pequenas manchas fragmentadas individualizadas, em que cada um procura safar-se por si. É um sector muito pouco organizado precisamente por não ter consciência de si próprio enquanto trabalhador, mas enquanto artista, enquanto intelectual iluminado. E isso não ajuda muito à mudança. Enquanto trabalhadores e trabalhadoras deste sector específico urge partirmos para as batalhas, as gerais e as de sector, conjuntamente com os outros.

Urge ganharmos a consciência que isolados nada conseguimos. É de extrema importância pormo-nos em contacto, partilhar e denunciar experiências. Aquilo que se assiste não é natural e é passível de se transformar.

Urge dar voz ao sindicato que defende esta classe – o Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo.

Urge dizer não aos recibos verdes.

Urge dizer SIM às greves..

Urge dizer que não defendemos a intermitência.

Urge dizer que temos direito, como os outros, a ter trabalho durante o ano inteiro. Há várias coisas que podemos e devemos fazer para valorizar e defender a cultura, seja como profissionais dela ou não.

Para isso existem movimentos criados de defesa da cultura que lutam contra este estado de coisas. Para isso existe o MDM, para que cada uma de nós se junte e denuncie.

Viva o 9º Congresso do MDM!

As mulheres na Madeira

Herlanda Amado

Madeira

Em nome do Núcleo do MDM na Região Autónoma da Madeira quero, em primeiro lugar, saudar todas as amigas presentes e espero com esta intervenção poder contribuir para que, no final dos nossos trabalhos, tenhamos um retrato real da situação da Mulher, no todo nacional, e todas juntas possamos dar os passos necessários para que o caminho para a igualdade seja mais célere.

A intervenção do núcleo do MDM na Região durante muito tempo passou quase que exclusivamente pelo assinalar do 8 de Março com iniciativas de rua. Após a deslocação de uma das responsáveis da estrutura nacional do MDM à Região, em Novembro de 2012, conseguimos impulsionar a nossa actividade através da discussão ocorrida em torno da exposição “Tráfico de Mulheres - Romper Silêncios”.

Em articulação com a estrutura nacional, conseguiu-se que a Região tivesse uma exposição permanente, o que nos tem possibilitado dar a conhecer o projecto a nível regional. Inaugurámos a exposição a 25 de Novembro do 2013, no Teatro Baltazar Dias no Funchal, onde durante uma semana esteve patente ao público no Salão Nobre do Teatro. De seguida, apresentámos a exposição no concelho de Câmara de Lobos, na Biblioteca Municipal, e aqui contámos com o apoio da responsável pela Biblioteca pois, para além de todas as questões logísticas, também divulgaram a iniciativa junto de algumas entidades e forças vivas do Concelho e, no final da apresentação, fomos presenteadas com um lanche que contou com a participação de um grupo de idosos do centro comunitário de Santa Cecília. Foi muito interessante ver que este assunto é transversal a todas as idades.

Outro caso de sucesso foi a instalação da exposição no concelho de Santa Cruz, onde ficou durante 3 semanas patente ao público, na Casa da Cultura. Uma vez mais tivemos toda a colaboração na preparação e divulgação da iniciativa, tendo o responsável da Casa da Cultura, em articulação com uma das Escolas Secundárias do concelho, organizado a participação de 2 turmas de 12º ano. A última apresentação realizou-se no concelho de Machico.

Tem sido gratificante ver o interesse de algumas entidades em ter a exposição no seu Concelho e ajudar a divulgá-la. Nem nós esperávamos este tipo de abertura na abordagem desta temática. Apesar de alguns contratemplos, próprios da organização destas iniciativas, podemos dizer que tem superado todas expectativas, tendo em conta alguns dos “condicionalismos” que a Região Autónoma da Madeira tem, na abordagem de assuntos sensíveis, e este é sem dúvida um deles. O nosso objectivo é fazer com que a exposição circule por toda a Região, como forma de despertar consciências, porque, com o agravar da situação económica e social, este é um risco presente.

A desigualdade social, a precariedade, a exclusão, a pobreza não são conceitos de outros tempos. Infelizmente, ainda acontecem hoje, a todo o momento, e as mulheres são particularmente visadas por estes fenómenos.

A Madeira, apesar de toda a propaganda oficial do regime jardinista, não fica de fora da alçada da desigualdade social que penaliza, em particular, as mulheres e agrava os mecanismos da exclusão social.

Os dados oficiais disponíveis não permitem avaliar com precisão a diferenciação das funções baseadas no género, o que se reflecte de forma bem evidente na avaliação da diferença real dos salários e na análise da evolução das carreiras das mulheres no seio das empresas.

Sabe-se que, em alguns sectores, ainda existem diferenças salariais entre homens e mulheres de cerca de 30% para trabalhos similares. Para além disso, as categorias profissionais onde predominam mulheres, têm salários mais baixos e ainda é comum encontrar, em sectores laborais maioritariamente de emprego feminino, chefias masculinas.

Estas situações exigem uma profunda e comprometida intervenção transformadora.

As mulheres são claramente vítimas das disparidades e desigualdades existentes na Região, mas é um reflexo claro do que acontece também no todo nacional.

Cada dia que passa a política do Governo PSD/CDS é mais autoritária e abusiva, destrutiva da vida dos portugueses, diremos mesmo criminosa. A limitação de direitos a quem trabalha, o desemprego, as discriminações e as desigualdades são cada vez mais violentas.

Hoje, ser mulher em Portugal ainda significa ser o rosto da pobreza das famílias, ter as mais baixas reformas e pensões, ter a maior taxa de privação material, ser mais de metade dos beneficiários de prestações de desemprego, auferir, em média, um subsídio de desemprego dos mais baixos, ter a maior precariedade no emprego, ser despedida ou impedida no acesso ao trabalho por engravidar ou exercer os direitos de maternidade. Ser mulher e jovem significa estar entre as mais qualificadas academicamente e as menos qualificadas no emprego e ter maior jornada de trabalho diária.

NÃO, a nossa condição não é ainda igualitária se nos debruçarmos na questão dos direitos, consagrados a todo e qualquer ser humano.

Tenho o privilégio de pertencer a uma geração que herdou a liberdade e a igualdade, como bandeiras inerentes à sua existência, sem quaisquer questionamentos, aparentemente desnecessários, quando a fluidez natural dos actos e direitos inalienáveis são parte da rotina que se vai interpondo pelos dias...

É a educação que instiga à reflexão; é a educação que assegura a construção de uma sociedade mais justa onde cabem mulheres livres de preconceitos ou discriminações, socialmente intervenientes e politicamente activas!

Percorrer os números da desigualdade salarial que ainda vinga no contexto social que nos insere, é imperativo!

Atentar nos números assustadores de exploração laboral ou sexual que escravizam milhares de mulheres, maioritariamente jovens, é uma responsabilidade à qual cada um de nós não se pode esquivar! Porque ignorar é ser-se conivente!

Determinar sem resquícios de dúvidas a igualdade de géneros na expressão de direitos, oportunidades e liberdades - é de DIREITOS HUMANOS que se trata!

Não foram em vão - nem poderão ser! - a sucessão de LUTAS de mulheres e de homens. Enquanto houver uma única mulher vítima de segregação ou discriminação, ou de maus-tratos e violência brutal, de diferenciação pelo género ou por outro elemento discriminatório, ou qualquer outra condição atentatória da sua DIGNIDADE, é imperioso Lutarmos!

Porque “*Querer-se livre é também querer livres os outros*”. Nós temos direito, a ter direitos!

Viva o 9º Congresso do MDM! Viva as Mulheres!!

As mulheres e os serviços públicos

Cecília Sales

Lisboa

Numa situação de profunda crise económica, social e política que Portugal atravessa e que, em grande parte, é consequência das políticas de direita que os sucessivos governos do PS/PSD/CDS vêm realizando há 40 anos, a pior situação que a população vive desde a Revolução de Abril, a degradação e destruição dos serviços públicos e das funções sociais do Estado tem vindo a agravar a vida dos portugueses.

Aprofunda-se cada vez mais a descaracterização e destruição de valores e componentes essenciais do regime democrático, considerando os serviços públicos de proximidade e qualidade um dos pilares do regime democrático de Abril.

A organização e desenvolvimento dos serviços públicos com acesso universal é uma das conquistas do regime democrático de Abril.

Tudo isto tem vindo a ser posto em causa com a ofensiva desencadeada pelos sucessivos governos, com destaque para o actual, contra os serviços públicos e as funções sociais do Estado, e que tem como objectivo final a destruição da democracia política, económica, social e cultural, pilares indissociáveis do regime democrático.

Com o processo de privatização de empresas que prestam serviço público e a desresponsabilização progressiva do Estado das suas importantes funções sociais, o conceito de serviço público foi-se alterando com sérios prejuízos para os utilizadores, as populações.

Defender os serviços públicos como elementos que são para o bem estar e a qualidade de vida das populações, apostar na sua qualidade e diversificação, exigindo do Estado a assunção plena das suas responsabilidades nas áreas da saúde, do ensino, a gestão pública do abastecimento da água e saneamento, dos transportes, da justiça, segurança social.

Cresce, cada vez mais, a consciência por parte das populações, utentes e trabalhadores, das implicações negativas para as suas vidas causadas pela destruição dos serviços públicos e das funções sociais do Estado. Políticas essas que têm como objectivo a privatização dos serviços, numa clara opção ideológica do governo, em benefício evidente dos grandes grupos económicos nacionais e internacionais.

Mais uma vez, o conjunto de propostas inscritas no Orçamento de Estado para o ano de 2015 reforçam e aprofundam as desigualdades sociais, o empobrecimento do povo e do país, a destruição dos serviços públicos e a aniquilação das funções sociais do estado.

Para este governo, a melhoria da qualidade e quantidade dos serviços prestados aos portugueses não interessa e tudo fazem para destruir os serviços públicos, desresponsabilizando-se das suas funções sociais, num processo de reconfiguração do Estado, de entrega aos grandes grupos económicos de importantes áreas de intervenção que se transformarão em áreas de negócio.

Neste processo de resistência e de luta das populações em defesa do SNS, em defesa da Escola Pública, contra o encerramento de tribunais, esquadras, repartições e serviços dos vários ministérios, dos Correios e empresas públicas essenciais às populações, em defesa do transporte público, contra o impacto negativo de infraestruturas nas populações, no património e no desenvolvimento sustentado, em defesa da água pública, contra a desertificação e as assimetrias

regionais, as mulheres têm tido o maior protagonismo pelo seu papel reivindicativo, de participação activa e de defesa dos seus direitos a uma vida digna e de qualidade na sua aldeia, na sua vila, na sua cidade, em defesa das grandes transformações políticas e económicas de Abril, inscritas na Constituição da República Portuguesa.

O MDM, na sua afirmação nacional de acção, e com a ideia de que na vida tudo se alcança com muita luta e que avançamos quando resistimos, considerou a defesa dos serviços públicos de proximidade e de qualidade como mais uma abordagem das diversas dimensões da luta das mulheres.

E, assim, o MDM esteve, desde o início, na constituição na Plataforma em defesa da Maternidade Alfredo da Costa, na Plataforma em defesa do SNS, na defesa da Água Pública com a recolha de abaixo assinados entregues na AR este ano, e ainda na participação em muitas Comissões de utentes locais, em defesa dos Correios, dos tribunais, dos transportes, da segurança.

Termino reafirmando que a política do governo PSD/CDS que condena o povo português ao empobrecimento e a piores serviços públicos, como se confirma pela proposta de OE para 2015, tem de ser travada, mudar de política e de governo é uma exigência de todos quantos se batem por um Portugal desenvolvido e soberano.

Para o MDM, é fundamental combater essas políticas que degradam a vida das populações, contando com a intervenção cada vez mais forte das mulheres numa luta de resistência e mobilização que o momento nos exige.

VIVA O 9º. CONGRESSO DO MDM!

VIVA A LUTA DAS MULHERES PARA RETOMAR ABRIL!

Apresentação do relatório de actividades do MDM

2010 - 2014

Leonor Agulhas

Faro

Permitam que saúde todas as congressistas, convidadas e convidados presentes neste 9º Congresso do Movimento Democrático de Mulheres.

Num quadro político, económico e social de agudização de todos os problemas do país, de retrocessos de importantes conquistas alcançadas pelo povo português com o 25 de Abril de 1974 e num quadro em que as mulheres que são a maioria são também as principais vítimas.

O MDM, inserindo-se no combate por direitos, contra as injustiças e discriminações, nomeadamente, as que recaem sobre as mulheres, não abrandou a sua actividade, como prova o conteúdo do Relatório apresentado ao Congresso. Desenvolveu nestes últimos 4 anos uma intensa actividade, que é a prova viva da vida de um movimento de mulheres que em 1968 resolveu aglutinar a acção e luta contra o fascismo, pela liberdade, pela paz e pelos direitos das mulheres e, assim, criou o MDM.

No Relatório de Actividades estão documentadas várias centenas de acções e actividades, levadas a cabo nestes últimos 4 anos. No tempo que dispomos não é possível relatar uma a uma. Iremos de uma forma breve e sintética enumerar algumas delas – não diria as mais importantes, porque sejam de grande envergadura ou mais simples, são todas partes integrantes da nossa actividade, da nossa luta de todos os dias, empenhadas na construção de uma sociedade mais justa e fraterna, onde a emancipação da mulher aconteça.

Comemorações do 8 de Março

Nas comemorações do 8 de Março - Dia Internacional da Mulher, as mulheres fizeram valer o seu o peso na luta pela sua emancipação.

Nestas comemorações, de exemplo de luta abnegada contra as políticas que retiram direitos e degradam as condições de vida das mulheres, empurrando-as cada vez mais para a exclusão social, o MDM empenhou-se para que as comemorações tivessem um carácter cada vez mais abrangente, mobilizando mulheres em todo o País, combatendo também a tentativa crescente que, por motivos ideológicos e mercantis, procuram descaracterizar o Dia Internacional da Mulher, a sua carga histórica e o exemplo de luta tão necessário nos dias de hoje.

Foram-se desenvolvendo acções em parcerias, com autarquias e outras associações, num vastíssimo conjunto de iniciativas, muitas delas levadas à prática pelos núcleos locais.

Nos aspectos da divulgação e da mobilização foram tomadas medidas, quer no plano central quer no local, de acordo com a importância e os objectivos a atingir com estas comemorações. Não deixar no esquecimento toda a carga histórica dos acontecimentos que estão na origem do Dia Internacional da Mulher e trazendo o exemplo da luta para a actualidade, reivindicando direitos na sua maioria postos em causa com este furioso ataque às conquistas do 25 de Abril.

Os nossos tempos de antena emitidos na RTP, nas vésperas do 8 de Março, foram sempre uma excelente forma de fazer chegar as nossas mensagens.

Comemorações do 25 de Abril

Defender os valores da Revolução de Abril é também defender os interesses das mulheres e, nesse

sentido, integrámos comemorações locais e nacionais.

Foram muitas as iniciativas levadas a cabo, desde a participação no desfile em Lisboa e este ano, pela primeira vez, também em Faro, até à distribuição de cravos, palestras, participação em sessões e concentrações levadas a cabo por comissões promotoras unitárias, autarquias e associações.

Neste ano de 2014, referir que o MDM contribuiu de uma forma muito inovadora através não só da exposição que editou intitulada “40 anos de Abril - Itinerários e conquistas das mulheres”, como com os “Itinerários por Abril” realizados em várias regiões do país, cheios de experiências inesquecíveis, dando a conhecer às mais jovens gerações uma das mais belas conquistas do povo português, com um particular destaque para o que significou para as mulheres aquilo que foi a reforma agrária, e também a conversa com mulheres que viveram, resistiram e lutaram por melhores condições de vida, porque o 25 de Abril aconteceu.

Queridas amigas

Estamos certas que este Congresso reforçará a organização do MDM, dando-nos, ainda, mais força para mais e melhor acção, no geral, e na defesa do 25 de Abril, e de combate contra os que o querem apagar do nosso quotidiano.

Comemorações do 1.º Maio

Neste dia internacional do trabalhador, o MDM, esteve e estará sempre presente, nas comemorações com destaque pelas desenvolvidas pela CGTP - IN.

Mas amigas, tal como está expresso no relatório “O tempo de luta das mulheres é hoje e agora!” foram imensas as acções realizadas e tomadas de posição públicas, para defender direitos, lutar contra as políticas de ofensa aos valores do 25 de Abril, consagrados na Constituição da República Portuguesa, com uma expressão mais violenta nestes últimos anos dos governos PS e do governo do PSD/CDS.

Porque todas as áreas da vida estão contaminadas, em todas elas é preciso intervir, para impedir o seu agravamento e para recuperar o que já conseguiram destruir, aí está e estará presente também o MDM.

Muitas foram as tomadas de posição, de acção, de denúncia e de protesto em que o MDM esteve envolvido:

- * Contra o encerramento das maternidades e pela sua manutenção;
- * Na luta pelos direitos que nos são retirados no apoio social; na campanha em defesa da saúde da mulher; na luta pela defesa do serviço nacional de saúde;
- * Por um ensino público de qualidade, universal e gratuito;
- * Contra o desemprego e por melhor emprego com direitos e sem discriminação, por melhores salários, contra os roubos nas reformas e pensões.

O MDM é também um movimento internacionalista na sua relação com diversas organizações mundiais, nomeadamente com a Federação Democrática Internacional de Mulheres- FDIM. O MDM desenvolveu um conjunto de acções pela Paz e uma activa solidariedade com as mulheres no mundo que lutam pela sua dignidade e independência, em actos públicos de profundo repúdio

contra a ameaça de uma nova guerra no Médio Oriente, contra a repressão na Turquia, na Síria, promoveu encontros e sessões públicas de solidariedade com as mulheres Sarauis. Realizaram-se várias posições e actos públicos em defesa das Mulheres e do povo da Palestina, e de solidariedade com o povo de Cuba na defesa dos 5 presos políticos nos E.U.A.

Foram muitas e diversificadas as acções de apoio e denúncia, exposições, debates, palestras, algumas delas com a presença de mulheres desses países.

Representação em órgãos institucionais

O MDM participou regularmente nas reuniões do CES (Conselho Económico e Social), colocando sempre a sua opinião e fazendo propostas nos vários temas.

Na CIG a nossa presença nas reuniões do Conselho Consultivo foi regular, assim como em diversas iniciativas que se realizaram ao longo dos últimos anos.

Quanto aos Projectos financiados, as temáticas, os recursos e as dinâmicas criadas pelos 8 projectos financiados pelo POPH, que decorreram nos distritos de Aveiro, Braga, Évora, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal e as pequenas subvenções da CIG para as ONG de Mulheres, permitiram dinamizar a actividade local, regional e central do MDM e aprofundar o conhecimento sobre diferentes áreas de intervenção.

Produziram-se diversos materiais, exposições, livros, revistas, folhetos, CD, performances teatrais, jogos interactivos, tempos de antena, e realizaram-se centenas de parcerias com escolas, universidades, autarquias, colectividades, sindicatos e muitas outras entidades. Por último, contactaram-se milhares de pessoas com destaque para os jovens e mulheres, tendo várias delas aderido ao Movimento. O MDM alargou o seu prestígio e a sua organização.

Referir ainda, como muito importante, o trabalho dos núcleos, base orgânica do MDM, que procurámos que crescesse e com uma acção que se desenvolvesse no meio em que estamos inseridos, tirando partido do conhecimento de proximidade com os vários problemas que afectam o dia-a-dia das mulheres.

Se as aderentes, e, muitas estão hoje aqui presentes como congressistas, são o rosto e o corpo do Movimento, o trabalho dos núcleos potencia organicamente todas as vertentes da acção do MDM.

O reforço da organização do Movimento é uma tarefa prioritária, tanto mais quanto a intervenção na sociedade é cada vez mais necessária, como voz e anseios de muitas e muitas mulheres.

Neste contexto permitam-me saudar e valorizar a presença das convidadas no nosso Congresso, pois certamente muitas de vós já estiveram connosco noutras ocasiões.

O 9º Congresso avaliará o trabalho que o MDM fez. Quanto a nós tudo fizemos para que o percurso que foi delineado se consolide e se alargue. Os tempos que vivemos são difíceis, assim como o caminho que temos pela frente. É necessário consolidar mais os núcleos e o trabalho dos órgãos centrais, para melhor responder às questões que se colocam hoje às mulheres. Precisamos de mais organização, para que ela nos proporcione mais acção e melhores condições de lutar, porque só lutando continuaremos a vencer barreiras!

VIVA O 9º CONGRESSO!

VIVA O MDM!

Ataque ao poder local e os direitos das mulheres enquanto eleitas, trabalhadoras e munícipes

Raquel Prazeres

Setúbal

Bom dia,

Queridas amigas congressistas, convidados e, permitam-me, uma saudação especial às representantes das mulheres do Sahara Ocidental e da Palestina, a vossa luta é terrível mas nós estamos ao vosso lado, não estão sozinhas.

Quero centrar a minha intervenção nos constrangimentos a que as autarquias estão sujeitas e ao papel das eleitas no poder local, com o meu testemunho pessoal.

Neste País onde os sucessivos Governos fazem variadas e criativas tentativas de destruição do SNS tornando o acesso a cuidados de saúde, que deve ser tendencialmente gratuito, num cada vez mais rentável negócio, ao centralizar as valências em alguns hospitais, desprovendo outros, fechando centros de saúde, com o conseqüente distanciamento das populações, negando acesso a serviços como planeamento familiar, aos poucos empurrando para os seguros e clínicas privadas os que podem e deixam os que não podem em situações, muitas vezes, dramáticas. Estes senhores, os destas leis, taxas, rentabilizações, veem clientes onde na verdade estão pacientes.

Também fruto das políticas deste governo temos a educação a ser destruída por dentro, devagar mas de forma persistente, com um desrespeito pelos professores, auxiliares, educadores e alunos, e vão acenando com cheques educação mais uma vez para empurrar para o privado.

Esta tentativa de retirar qualidade ao serviço público estende-se ao poder local que enfrenta muitas dificuldades, num estado cada vez mais centralista quando o caminho da nossa constituição aponta para a regionalização.

Foram estes partidos, chamados do arco da governação, que, enquanto passavam competências e responsabilidades para as autarquias, se esqueceram de transferir as respetivas verbas. São os mesmos que querem a todo custo retirar a autonomia bombardeando com leis absurdas e muitas delas inconstitucionais.

O desprante é tal que, perante um executivo autárquico eleito que faz um acordo com os trabalhadores e os seus sindicatos, como o do limite das 35h semanais, um secretário de estado, nomeado (não eleito), lá na sua secretaria faz juízos de valor e decide se sim ou não esse acordo deverá ser válido ou pura e simplesmente ignorado.

As trabalhadoras das autarquias, com os cortes, a impossibilidade de progressão na carreira, as pressões para trabalharem mais e receber menos, resistem algumas já sem força, algumas já sem esperança.

Quando um membro do governo decide que agora vão todos trabalhar mais uma hora por dia, não consegue perceber as implicações que tem, por exemplo, na vida familiar dos casais que tem filhos com escolas, horários...

Também, a par das reduções obrigatórias do número de trabalhadores, este governo oferece os contratos emprego-inserção que é uma forma de esconder o desemprego nas estatísticas e tapar os buracos cada vez maiores no mapa de pessoal. Também aqui a solução apontada é a privatização dos serviços como a higiene e limpeza ou os espaços verdes. Empresas que conseguem preços baixos mais uma vez recorrendo a trabalho precário.

Mas, ainda assim, há uma grande resistência e as mulheres tem um papel a desenrolar. Temos de assumir a luta.

No contexto que o País atravessa é difícil não baixar os braços, mas essa não é uma opção.

As mulheres não devem desistir do seu papel político. Devem sim impor a sua visão e forma de atuar. É possível estar eleita e participar ativamente na vida política, não abdicando da sua forma de ver e estar. O estilo de trabalho será talvez diferente do instituído antes das mulheres participarem na vida política, mas cabe a nós impormos as próprias regras. Tenho três filhos que adoro e que acompanho de muito perto, mas isso não me impediu de continuar a minha vida política.

Quando fui eleita para a Assembleia Municipal de Alcochete, surpreendi alguns quando, numa reunião, no público estava, com uma amiga (que hoje está aqui presente, Fernanda Vila Cova), a minha filha Luisa bebé de meses. Ela estava a ser amamentada portanto não podia ficar longe de mim e, quando ela precisou, ausentei-me para poder dar mama; passado pouco tempo estava de volta para o debate, sem ter abdicado de ser mãe como eu queria ser.

Simples, às vezes não é assim tão fácil mas entre deixar de cuidar dos meus filhos como quero, prefiro lutar com resiliência, indo impondo o que considero ser a forma justa de trabalhar das mulheres. Por exemplo, reuniões de manhã e não pela noite dentro, horários flexíveis, como aplicamos na CMA para quem tem filhos menores, entre outros. Não quero ser empurrada para casa mas também não quero o método de trabalho que não me permita ser para além de político.

E não é por teimosia. Mulheres e Homens tem de facto diferentes formas de olhar e diferentes sensibilidades. Essas diferenças são uma mais-valia numa sociedade que se quer justa e solidária. Precisamos, juntos, de fazer esta luta por um mundo melhor.

Viva o MDM!

Vivam as mulheres!

40 Anos de Abril:

Itenários de conquistas e direitos das mulheres

Maria Alberto Branco

Santiago do Cacém

Itinerário – Roteiro | descrição de viagem, da viagem que fizemos até Abril e depois dele.

“Abril - 40 anos. Itinerários de conquistas e direitos das mulheres”. No ano em que se comemoram os 40 anos do 25 de Abril, com o apoio da pequena subvenção da CIG às organizações não governamentais e trabalhando em conjunto com outras associações e autarquias, decidimos escrever o livro da viagem, que também nós fizemos, para chegar a Abril e fazer um País novo.

Fizemos os caminhos da repressão e da censura.

Em Lisboa, estivemos na sede da PIDE, na António Maria Cardoso, e lembrámos as mulheres que lutaram contra a ditadura. Falámos de Aida da Conceição Paulo, de Aida Magro, de Albertina Diogo, de Albina Fernandes, de Casimira da Conceição Silva, de Conceição Matos, de Gina Azevedo, de Isaura da Conceição Silva, de Maria Custódia Chibante, de Eugénia Varela Gomes, de Maria Lourença Cabecinha, de Maria Luísa Cabral, de Maria Machado, de Maria Rosa Viseu, de Olímpia Braz, de Sofia Ferreira, mulheres que resistiram e lutaram por Abril.

Em Santiago do Cacém, visitámos a vida das operárias agrícolas, os casebres que eram as suas casas, os longos e penosos caminhos para a escola e para o trabalho, os filhos aconchegados em caixotinhos, por baixo do sobreiro, ao longo do dia de trabalho das mães. E falámos da luta das mulheres contra a carestia de vida e da participação das mulheres na luta pelas oito horas de trabalho.

Fizemos os caminhos da libertação.

Em Lisboa, partimos do Largo do Carmo e descemos a R. da Misericórdia. No Largo da Trindade, falámos das telefonistas que, desafiando chefes e patrões, desceram para a rua distribuindo o leite e o pão, que lhes cabia, aos militares que faziam do dia 25 de Abril o mais belo dia da nossa História recente. Em Lagos, partimos do Antigo Quartel em direcção à Fortaleza da Ponta de Bandeira, onde foram encarcerados os serventuários do Regime e os seus arquivos, para culminar na primeira expressão organizada da nossa alegria colectiva: a Praça Gil Eanes onde, no dia 27 de Abril, teve lugar um dos primeiros comícios depois da Revolução.

Oh, o 25 de Abril!? Foi um contentamento para a gente. Para mim e para as mulheres como eu. Foi a melhor coisa que aconteceu, disseram-nos.

E fizemos os caminhos do País novo que quisemos construir.

Em Almada, fizemos os caminhos da criação, da música, da dança, da literatura, das artes plásticas, da cultura que fez Abril e das mulheres que com a sua arte o construíram. Falámos com Margarida Tengarrinha, Teresa Gafeira, Margarida Botelho.

Em Almada, fizemos os caminhos da criação, da música, da dança, da literatura, das artes plásticas, da cultura que fez Abril e das mulheres que com a sua arte o construíram. Falámos com Margarida Tengarrinha, Teresa Gafeira, Margarida Botelho.

Em Casebres, no Município de Alcácer do Sal, e em Santiago do Cacém fizemos os caminhos da Reforma Agrária, da determinação das mulheres na luta pela produção, pelo emprego, pela dignidade das mulheres. E fizemos também os caminhos da sua defesa.

Ao longo dos percursos que fizemos, falámos também com e de muitas mulheres anónimas: Antónias, Augustas, Celestes, Hermínias, Luíças, Graças e tantas outras marias, que participaram nas lutas que conduziram ao 25 de Abril e na sua construção. Nesta viagem foram também muitas, as mulheres que nos acompanharam.

Porque também nós, mulheres, fizemos parte da luta contra o fascismo. Operárias, camponesas, trabalhadoras do comércio e dos escritórios, criadoras, também nós, integrámos o combate à ditadura e lutámos pelos nossos direitos, gerais e específicos, transformando profundamente as nossas vidas.

Apesar de, aos olhos da lei vigente antes do 25 de Abril, à mulher caber a procriação, a lida da casa e o dever de cuidar do marido, dos filhos, dos pais e dos sogros, as mulheres integraram fileiras, movimentos, combateram pela liberdade, pelo pão, pelo trabalho, contra a exploração.

Abril foi a libertação.

Não eu não vou por aí! Eu vou por aqui! Este é o caminho que eu quero seguir!

Da submissão às vontades masculinas, do pai ou do marido, as mulheres passaram a ter voz e, mais que isso, a ter a consciência da sua capacidade de decidir. E decidiram. E empenharam-se na construção de um País novo. E com isso ganharam a dignidade que a consciência da nossa importância colectiva e individual nos dá. Consciência que o trabalho, o salário digno, a participação constroem.

E pegámos nesta nossa História colectiva e com ela fizemos uma exposição sobre os percursos das mulheres ao longo dos 48 anos de fascismo, a conquista da liberdade e a construção do Portugal novo.

Porquê percorrer os caminhos percorridos?

Porque comemorar Abril é celebrar as conquistas e os direitos alcançados pelas mulheres em Portugal e que é imperativo defender.

Porque acreditamos que as mulheres também fazem a História

Porque, ontem como hoje, a participação das mulheres importa

Porque as mulheres que contribuíram para a conquista dos direitos agora ameaçados merecem essa homenagem

E, sobretudo, para aprendermos, com a sua luta, com a sua criatividade, com a sua firmeza, com a sua força, com o seu exemplo.

Viva o 25 de Abril!

Viva o 9º Congresso!

Saúde sexual e reprodutiva das mulheres em 2014: informar, apoiar, divulgar, incrementar

Joana Sofio

Évora

Em Outubro de 2014, em Portugal, o Supremo Tribunal Administrativo considerou que se deveria reduzir a indemnização médica a uma mulher lesada com mais de 50 anos, que já tinha filhos e porque a importância da vida sexual vai diminuindo ao longo da idade. Quando ouvimos este tipo de afirmações, o nosso movimento redobra o vigor na defesa da saúde das mulheres na nossa sociedade, no respeito pela plena vivência da sua sexualidade, opondo-se a que seja reduzida apenas aos aspetos reprodutivos.

Também neste mês o Sínodo dos Bispos reafirmou a posição da Igreja Católica contra o recurso aos contraceptivos e sua distância das técnicas de procriação medicamente assistida, aconselhando os casais inférteis a adotar crianças “órfãs e abandonadas”.

Estas situações ilustram a importância de continuar a promover a educação sexual, a prevenção da gravidez não desejada, a luta contra o aborto não seguro e a defesa de uma sexualidade saudável. Com o encerramento da Maternidade Alfredo da Costa, previsto a qualquer instante, relembramos a importância de continuar a defender os cuidados perinatais acessíveis a toda a população, e também a necessidade de disponibilizar serviços especializados em questões relativas à saúde da mulher nas várias regiões do país.

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), 180 países reconheceram que a pobreza continua a ser o maior desafio ao desenvolvimento. No programa de ação da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovado em Pequim (1995) sobre os direitos das mulheres constatou-se que a discriminação social da mulher, o limitado acesso aos serviços sociais e de saúde – especialmente os de saúde reprodutiva – são fatores que impedem o desenvolvimento. E sublinhou o papel das Organizações Não Governamentais (ONG) para a promoção da saúde, incentivando o acesso à informação dos direitos, dos serviços que prestam cuidados, promovendo campanhas de educação para a saúde e/ou prevenção de doenças, orientando a participação das populações e a organização dos serviços para a prestação dos cuidados de saúde. Apesar das melhorias no acesso aos serviços de saúde na nossa região, alcançados após o 25 de Abril, há ainda muito a fazer. Estima-se (FNUAP, 2001) que em cada minuto 380 mulheres engravidam, 190 delas não planearam essa gravidez, 110 mulheres sofrem complicações relacionadas com a gravidez, 40 mulheres fazem um aborto não-seguro, 650 pessoas ficam infetadas com uma doença sexualmente transmissível curável, uma mulher morre por uma causa relacionada com a gravidez.

Em Portugal, nos últimos anos, a adoção de políticas de desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, degradou o seu funcionamento e impediu o cumprimento do direito constitucional à saúde, atingindo particularmente as mulheres.

Consideramos situações especialmente graves e preocupantes no Alentejo: o encerramento de maternidades e serviços de urgência; o aumento de taxas moderadoras e de medicamentos; a deficiente cobertura das consultas de planeamento familiar e a frequente rutura nos *stocks* de meios de contraceção gratuitos; o insuficiente rastreio do cancro da mama e do colo do útero; uma deficitária resposta em especialidades como geriatria e saúde mental; o débil acesso a exames complementares de diagnóstico e a educação sexual escolar ainda por concretizar.

A saúde é indissociável da efetivação da igualdade e o reforço e dinamização do SNS são

imprescindíveis ao desenvolvimento e ao bem - estar pessoal e social de todos os cidadãos e especificamente das mulheres. Por isso, o Movimento Democrático de Mulheres exige:

1. Reforço dos meios disponíveis para acompanhamento próximo e rigoroso das diversas dimensões da saúde das mulheres, de acordo com o seu ciclo de vida, nos domínios do rastreio, diagnóstico e tratamento;
2. Alargamento da comparticipação da vacina que previne o cancro do colo do útero no plano nacional de vacinação;
3. Efetivação do planeamento familiar e a educação sexual enquanto direitos universais no SNS, em conjugação com as escolas e as comunidades;

Sabemos que a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos é uma exigência que pode significar mais e melhores cuidados, mais médicas/os e enfermeiras/os nos serviços de saúde, a eliminação das taxas moderadoras, a diversidade dos métodos anticoncecionais e o cumprimento no SNS da lei da IVG.

Clamamos a urgência da aplicação dos direitos à saúde sexual e reprodutiva, garantindo às mulheres a sua autodeterminação e liberdade de decisão.

Todas e todos têm direito à saúde, incluindo a saúde sexual ao longo do seu ciclo de vida - o direito à saúde, na sua definição mais lata, de proporcionar o bem-estar físico, mental e social num mundo económica e ecologicamente sustentável, sem violências sobre as mulheres.

Viva o 9º Congresso do MDM!

A defesa da Segurança Social e a efectivação dos direitos das mulheres

Tânia Mateus

Lisboa

«Não é razoável pensar que o sistema de protecção social anterior à crise possa ficar inalterado».

A afirmação é de Herwig Imervoll, economista da OCDE.

É isto que nos bombardeiam, dia e noite, procurando convencer-nos que existem direitos de Segurança Social a mais, que não é sustentável o pagamento das diversas prestações e apoios sociais e, por isso, há que aceitar a redução destes direitos.

Desde a criação do Sistema Público de Segurança Social – Regime Contributivo - procurou-se garantir um vasto leque de eventualidades e, o que determina os valores dessa cobertura, são as contribuições dos trabalhadores e da entidade empregadora, de acordo com os salários pagos.

Se as mulheres trabalhadoras recebem salários mais baixos, o seu nível de protecção social na maternidade, no desemprego, na doença e na velhice será necessariamente mais baixos.

Quanto menor a remuneração, menor o valor da pensão, do subsídio de desemprego, de doença e da licença de maternidade, e por isso as mulheres trabalhadoras, mesmo as que possuem longas carreiras contributivas, têm níveis de protecção social mais baixos e estão mais expostas a situações de pobreza e exclusão.

No concreto, a pensão média da mulher corresponde a 57% da pensão média do homem. Quer isto dizer que a pensão média da mulher é de 304€- muito abaixo do limiar da pobreza¹. Esta realidade é duplamente penalizadora face aos cortes nas pensões.

As alterações legais ao enquadramento jurídico da Segurança Social, nomeadamente as alterações às regras e fórmulas de cálculo, têm como objectivo reduzir ainda mais as pensões dos reformados. É um processo que desvaloriza os descontos e os direitos de protecção social, altera as regras do jogo, e nós mulheres, no activo ou na reforma, temos sido feridas no direito a uma vida digna.

Também no regime não contributivo da Segurança Social – no abono de família, no complemento solidário do idoso, nas pensões sociais e no rendimento social de inserção - os cortes e as limitações são injustos e brutais!

Alguns dados de como o ataque é particularmente incisivo nas mulheres:

* mais de 68%, dos beneficiários do Complemento Solidário do Idoso, são mulheres e, entre 2012 e 2013, cerca de 4.000 idosas perderam o direito a este complemento²;

* mais de 51% dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção são mulheres; destas, 31% são crianças e jovens com menos de 18 anos, e 46% têm entre 25 e 49 anos de idade; entre 2012 e 2013, mais de 33 mil mulheres perderam o direito a este apoio³.

Para aceder a direitos mínimos, em situação de pobreza, pratica-se a devassa da vida privada, a partir do Estado.

Somos obrigadas a fazer um *striptease* financeiro, profissional e familiar para poder, por exemplo,

1 Eugénio Rosa, «o factor de sustentabilidade vai reduzir a pensão em 3,9%, dos que se reformarem ou aposentarem em 2012»

2 Estatísticas – Segurança Social (2013)

3 Estatísticas – Segurança Social (2013)

requerer o abono de família e talvez receber uma prestação de elevadíssimo valor, como é o caso do escalão mais alto que corresponde a 35,19€. Confunde-se solidariedade com caridade.

Constrói-se uma teia de enganos, sustentada no falso argumento de que é preciso fazer sacrifícios para ajudar quem mais precisa, os mais carenciados. Todos temos que contribuir e, nos últimos anos, os cortes salariais, as contribuições de solidariedade extraordinárias, as alterações aos critérios de atribuição de prestações sociais, como o abono de família e o Complemento solidário do Idoso, têm agravado a nossa situação, o nosso direito a uma vida digna, a uma reforma digna, a uma maternidade/paternidade digna. O ataque ao sistema público, universal e solidário de Segurança Social é geral e articulado.

Lança-se o pânico, afirmando que a Segurança Social não tem futuro, de que não haverá dinheiro para pagar as pensões, mas por outro lado, atenta-se contra o futuro da Segurança Social como, por exemplo, se pode constatar pela recente decisão de reduzir a Taxa Social Única - reduzir a contribuição das entidades empregadoras para a Segurança Social – e, assim, ganhar as entidades empregadoras para o aumento do Salário Mínimo Nacional.

São actos de ilusionismo para nos distrair da defesa pelos nossos direitos.

Cabe-nos defender o sistema público, universal e solidário da Segurança Social, sendo fundamental que as mulheres assumam a defesa deste sistema, como elemento indissociável do direito a uma vida com dignidade.

Cabe a todas as mulheres, a defesa do nosso presente com os olhos no futuro.

Viva o 9º Congresso do MDM!

Duas décadas de Planos Nacionais para a Igualdade

Isabel Cruz

Lisboa

Caras amigas,

Nos últimos 17 anos, temos assistido a uma sucessão de Resoluções¹ emanadas pelo Conselho de Ministros, chamadas Planos para a Igualdade. O primeiro foi publicado em 1997 e o quinto, no final do ano passado.

Foram aprovados, à vez, pelos governos do PS e do PSD/PP. Têm apresentado diversas designações, «*Plano para a Igualdade de Oportunidades*», «*Plano para a Igualdade... [ou] Cidadania e Género... [ou] Género, Cidadania e Não discriminação*». Todos convergem na pretensão de «*Integrar o princípio da igualdade em todas as políticas públicas*».

Esta integração da igualdade nas políticas públicas é uma reivindicação do movimento das mulheres e, nestes Planos para a Igualdade, existem muitas matérias que correspondem a aspirações ou reivindicações que são bandeiras de luta de sucessivas gerações de mulheres.

Contudo, durante este período, nem as políticas públicas adoptadas favoreceram dinâmicas de avanço nas condições de vida das mulheres, nem os Planos para a Igualdade promoveram a eliminação das discriminações, e nem sequer fizeram progredir a efectivação dos direitos específicos das mulheres.

Todos os Planos para a Igualdade concebidos pelos sucessivos governos têm em comum, e comprovadamente, um impacto nulo na vida concreta das mulheres.

Facto que sabemos, todas nós, pela experiência, facto que está reflectido nos indicadores estatísticos mais elementares incluídos na nossa proposta de Resolução, facto que tem sido demonstrado nos «*relatórios de avaliação externa*» onde se identificam a (muito conveniente) «*falta de clareza na formulação das medidas [...], a omissão de resultados esperados [...] e a inexistência de metas calendarizadas*».

A realidade e a vida têm demonstrado que as políticas públicas não servem para realizar a igualdade, e também demonstram que os Planos para a Igualdade têm servido políticas públicas que são contrárias aos interesses e anseios das mulheres.

E isto é um trama, um emaranhado que é preciso clarificar.

Se os conteúdos das políticas públicas estão subordinados à matriz política e ideológica da União Europeia, como podem os Planos para a Igualdade ter êxito e responder aos legítimos anseios das mulheres? Não podem...

¹ Resolução do Conselho de Ministros 49/1997, 6 Março - Plano Global para a Igualdade de Oportunidades (1997); Resolução do Conselho de Ministros 184/2003, 25 Novembro - II Plano Nacional para a Igualdade (2003/2006); Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, 22 Junho - III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género (2007-2010); Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, 18 Janeiro - IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação (2011/2013); Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, 31 Dezembro - V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não discriminação (2014/2017).

Se as políticas públicas dos sucessivos governos determinam a redução da despesa pública e o controle do défice, a flexibilização das relações laborais e a desregulamentação dos horários, o incentivo ao trabalho a tempo parcial e à precariedade, a privatização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado – com estas políticas, como se pode efectivar o direito à igualdade? Não pode... Estas políticas não promovem o direito à igualdade.

A linguagem sobre a igualdade usada pelos governos, ou pela União Europeia, não passa disto, de um discurso “politicamente correcto” mas que não é inocente. Contém, de forma encapotada, uma mensagem perigosa: “afinal, se a igualdade já está na Lei, as mulheres não precisam de se organizar, nem de lutar, para defender os seus direitos”.

Os sucessivos Planos da Igualdade não têm como objectivo a concretização do direito de todas as mulheres à igualdade, independentemente da condição social, da idade, da profissão ou da região onde vivam.

Pelo contrário, atribuem a responsabilidade da sua concretização à esfera individual, a cada uma das mulheres, independentemente das suas circunstâncias pessoais ou familiares, de ordem económica, social e cultural.

É o que se chama a igualdade formal, a igualdade que fica só no “papel”, uma igualdade estagnada que só fomenta retrocessos nas mentalidades e reaviva velhos preconceitos e estereótipos. É uma igualdade estéril que as mulheres devem recusar.

São necessárias políticas públicas alternativas que sirvam e concretizem a igualdade e os direitos para as mulheres. São necessários novos Planos para a Igualdade cujas medidas constituam verdadeiros instrumentos geradores de valores de progresso e de emancipação social.

Viva o 9º Congresso do Movimento Democrático de Mulheres!

A Educação e a Ciência

Lídia Ferreira

Lisboa

Caras Delegadas de Organizações Internacionais,
Convidados e Convidadas,
Caras Congressistas

Trago-vos um tópico que é também muito caro ao MDM:

A Educação e a ciência.

E é caro não só pela relevância que têm no contexto social, mas também porque nesta área as Mulheres são uma mais-valia.

Quarenta anos depois do 25 de Abril dos que acabam o ensino secundário e a universidade, mais de 50% são Mulheres, e quanto a formação mais avançada, os doutoramentos, 62% dos doutorados são Mulheres. Em relação ao resto da UE, somos o País quem mais mulheres tem com formação universitária e doutoradas.

É uma honra ver estas listas nos relatórios europeus, que põem Portugal em primeiro lugar, mais avançado em relação a todos os outros, sendo a única actividade em que tal acontece.

O investimento feito em Ciência desde o 25 de Abril, permitiu criar estruturas de ensino e investigação de grande impacto, onde as Mulheres dão um contributo maioritário. Elas são a grande força na docência, na investigação, no desenvolvimento de projectos científicos, na criação de pequenas empresas inovadoras. O mercado de trabalho nas áreas de ciência e tecnologia é marcadamente feminino. No entanto, nem tudo é um mar de rosas. Embora altamente qualificadas, as Mulheres são uma minoria nos lugares do topo de carreiras e nos cargos onde são tomadas as decisões estratégicas.

A desarticulação que está a ser feita no Sistema Científico e Tecnológico Nacional, como consequência da redução drástica do financiamento das universidades e unidades de investigação, conduz à redução do número de vagas para o ensino e investigação.

A insustentabilidade da maioria das empresas, não garante, a grande parte dos nossos licenciados e doutorados, a possibilidade de encontrar trabalho, sendo obrigados a emigrar, o que nos põe em termos de fuga de cérebros ao nível dos países em desenvolvimento.

As Mulheres, com formação superior e especializada, estão a par dos Homens no número dos que saem para encontrar noutro País um lugar adequado à sua formação.

Perante a exiguidade de postos de trabalho e com a perda de garantias inerentes a alguns dos direitos básicos da Mulher, será difícil manter o alto nível de participação da Mulher numa carreira longa e empenhada, como é uma carreira científica.

Iremos então deixar perder o que ganhámos?

O MDM tem trazido para o debate público a nível nacional, questões que interessam às mulheres cientistas e investigadoras, em articulação com trabalhadoras e entidades promotoras do desenvolvimento local, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O Círculo de Colóquios *Mulheres e Ciência Territórios de Empregabilidade e Saberes*, foi um bom exemplo de discussão de iniciativas onde a ciência e a técnica tem um papel de relevo e que podem ser alternativas de sucesso para a economia, dinamização regional e local e também para a empregabilidade das mulheres.

Muitas outras iniciativas se seguirão. Esta é mais uma das nossas lutas.

9º CONGRESSO MDM

{2º Painel}

*“A(s) violência(s) sobre as mulheres
em Portugal e no Mundo”*



A(s) violências sobre as mulheres em Portugal e no Mundo

Sandra Benfica

Lisboa

Queridas Amigas Congressistas,

Prezadas convidadas e convidados,

Propomo-nos neste painel abordar «A(s) violência(s) sobre as mulheres em Portugal e no Mundo», temática complexa e multifacetada a que o MDM tem dado especial atenção na sua reflexão e acção quotidiana, como revela o balanço do trabalho realizado, a análise que fazemos da Resolução e as propostas vertidas na Carta dos Direitos das mulheres que hoje discutimos e aprovamos.

Destacamos este tema, exactamente por considerarmos que vivemos tempos em que se aprofundam velhas formas de exercício de violência contra as mulheres, formas essas identificadas à sociedade, de tal forma que integram a consciência social. Basta nos atermos às notícias ou consultar alguns dados estatísticos para constatar que assumem hoje proporções gritantes que não deixam ninguém indiferente.

Contudo, esta nossa opção impõe-se também, para não dizer sobretudo, porque não compactuamos com a linha de conceitos, linguagens e conceptualizações que procuram reduzir como formas e tipos de violência contra as mulheres, as que ocorrem exclusivamente na esfera privada e nas relações de intimidade. Ao tipificá-las dessa forma, dando-lhe ainda o epíteto de “fenómenos”, como se fossem “meras coisas que acontecem na vida das pessoas” em resultado das suas características individuais e contextuais, colocam nas vítimas a culpa última pela situação em que se encontram.

Ao atribuírem ainda às “mentalidades” a responsabilidade pelo sofrimento físico, sexual e psicológico de milhões de mulheres e raparigas em todo o mundo, ocultam que esse é o produto do modelo de sociedade capitalista, intrinsecamente violento, agressor dos povos e inimigo dos direitos das mulheres.

É urgente denunciar que as dimensões da violência exercida sobre as mulheres, em Portugal, resultam da desfiguração da organização da sociedade em que cada vez mais predomina o poder exercido por uma minoria social sobre a grande maioria dos portugueses.

Uma desfiguração que atenta e retrocede face aos ideais e conquistas da Revolução de Abril, alicerçadas na Constituição da República, de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais democrática e desenvolvida, com respeito pelos direitos das mulheres e pela igualdade em todos os domínios da vida.

Sim, é verdade que esta desfiguração trás regressão nas mentalidades e nos valores sociais, mas como meio e produto e não como causa.

É ela que cria o caldo de cultura que alimenta a violência física e psicológica sobre crianças, jovens e idosos; que alimenta os estereótipos sobre as mulheres, e as relações de domínio que se expressam na violência na esfera privada, no casamento e no namoro, bem como a violência extrema exercida sobre o corpo e a dignidade das mulheres traficadas e prostituídas.

Uma realidade que aumenta, na medida exacta em que aumenta a pobreza e a exclusão social. Uma realidade intimamente ligada ao empobrecimento do País e conseqüente brutal agravamento das condições de vida e das injustiças sociais que afectam a larga maioria do povo português e penalizam fortemente as mulheres. Então não é também uma forma de violência a pobreza? Trabalhar por migalhas que quase não sacia a fome das próprias e dos que delas dependem? Trabalhar horas a fio, com horários e salários escravos? Ser precária toda uma vida perder a casa, o direito a

prestações e apoios sociais quando mais se precisa? Ver roubada a reforma e pensão fruto de anos de trabalho e sacrifícios? Perder o acesso à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, à justiça, à cultura e ao lazer? Não é uma violência o desemprego, o ter de recorrer à caridade?

Creemos amigas, que estas dimensões da violência, que a tal consciência social ainda não integra como tal, porque não interessam aos seus autores, fere igualmente e de forma severa o estatuto e a dignidade de um vasto número de mulheres portuguesas: Que o digam, por exemplo, as professoras, penalizadas pela precariedade laboral e sujeitas a terem de andar com a «casa às costas»? As mulheres investigadoras, as mulheres da cultura a quem diariamente é imposta a desvalorização dos seus saberes e dos direitos laborais que lhe deveriam estar inerentes? As mulheres jovens, de várias profissões e habilitações, e a incerteza que pesa sobre as suas vidas e as faz adiarem sonhos e projectos de realização pessoal, profissional e social. As que são limitadas na decisão sobre o número de filhos e o momento que os desejam ter. As que sofrem actos de violência psicológica por sectores da sociedade que não aceitam a sua conquista ao direito de decidirem pela interrupção voluntária da gravidez.

Queridas amigas,

Este não é um mero problema de mentalidades, mas sim de políticas, que atentam severamente direitos das mulheres enquanto direitos humanos fundamentais em Portugal e no Mundo. Referindo uma vez mais a presença das nossas convidadas do Brasil, Grécia, Itália, Rússia, Cabo Verde, Guiné, Cuba, Sahara Ocidental e Palestina, daqui lhes asseguramos que o MDM, atento à tão exigente realidade nacional, não abranda um pouco que seja a expressão da sua solidariedade com a luta das mulheres no mundo inteiro.

Daqui, mais uma vez as saudamos, queridas amigas, e vos dizemos bem-vindas ao nosso Congresso. Saibam que contam com o MDM, com a nossa luta comum, lado a lado, no combate à opressão, à fome, à doença e à pobreza. Saibam que contam com o MDM na nossa luta comum contra a exploração, as ocupações e as guerras. Saibam que contam com o MDM e que lado a lado prosseguiremos, sem baixar os braços, pela autodeterminação dos povos, pela paz, pela felicidade da humanidade.

Uma última palavra para lançar o debate.

Esta intervenção, como a acção do MDM, não assume uma visão catastrófica, mas sobretudo a convicção de que as mulheres portuguesas devem ganhar uma profunda consciência de que todas as violências exercidas sobre si e as suas famílias são crimes.

- * Crimes contra a democracia e a Constituição da República e que devem ser combatidos e eliminados através da sua luta organizada.
- * Crimes contra a sua dignidade e integridade física e psicológica que não podem ser silenciados e têm de ser combatidos, quer através da protecção social das suas vítimas, quer pela prevenção das suas causas, quer pela atribuição de responsabilidades.
- * Crimes contra a paz e a soberania dos povos.

E contra todos estes crimes é preciso que a luta das mulheres não abrande, nem em Portugal, nem no Mundo. O Movimento Democrático de Mulheres e as organizações de mulheres, de que as que estão no nosso Congresso são um firme exemplo, são indispensáveis no quadro das forças progressistas de cada país e no Mundo para inverter este ciclo negro que marca a história de Portugal e da Humanidade no século XXI.

A situação das mulheres no Mundo

Rute Pina

Setúbal

Este 9º Congresso decorre numa altura em que a situação na Europa é muito preocupante, marcada pelo avanço eleitoral das forças do nazi-fascismo em vários países da União Europeia e por conflitos armados levadas a cabo por forças fascistas que, à margem dos tratados internacionais, destroem instituições e governos democraticamente eleitos e abrem caminhos para intervenções da NATO em regiões do leste europeu.

Em África, são evidentes algumas melhorias quanto à participação das mulheres no exercício de cargos de poder, em alguns países, bem como nas suas condições de vida, educação e saúde, mas crescem as preocupações com o aumento da violência e da guerra, sem fim à vista, alastrando a fome e a destruição.

As mulheres Saharauis e o povo Saharaui prosseguem a sua luta e a denúncia da ocupação ilegal do Sahara Ocidental por parte de Marrocos, assim como o espólio de recursos naturais por parte da potência ocupante. Procuram sensibilizar as Nações Unidas e os países do Conselho de Segurança para promover o referendo que permita a expressão do povo.

Prosegue a luta na América latina, onde o imperialismo procura claramente intervir e sabotar os processos progressistas de vários países. As mulheres desenvolvem lutas de apoio à revolução cubana, contra o bloqueio e pela libertação dos seus 5 heróis presos injustamente “como terroristas” nos EUA. Solidarizam-se com os países da revolução bolivariana, com os povos indígenas da amazónia equatoriana, pela concretização do diálogo de paz na Colômbia.

Na Ásia, as mulheres do Vietname lutam ainda contra os efeitos do colonialismo e das guerras de independência contra os EUA.

Em Portugal, na Grécia, em Espanha, na Itália, na Grã-Bretanha, Chipre e por toda a Europa persistem as discriminações contra as mulheres e as desigualdades sociais. As violações sexuais e a violência doméstica, a pobreza feminina, o tráfico de mulheres e crianças e a prostituição aumentam, em consequência do empobrecimento das famílias, da precariedade e do desemprego, bem como das desigualdades e profundas assimetrias na distribuição da riqueza.

Os povos árabes lutam pelo seu direito de libertação nacional, independência, liberdade e justiça social, contra a ofensiva imperialista – sionista – reaccionária – “taqfirista”, que sacode toda a região, particularmente a Síria, Líbano, Iraque, Bahrein entre outros, sendo a sua luta central a causa da Palestina e o direito inalienável do povo palestino em construir o seu estado independente. A luta das mulheres da Palestina está entrelaçada com a luta das mulheres árabes contra o sionismo e a guerra que o estado de Israel instiga em toda a região, sufocando o mundo com a hipocrisia e a demagogia de se defender de ataques palestinos.

Em todas as partes do mundo se torna imprescindível a integração e desenvolvimento das organizações de mulheres como parte integrante dos movimentos sociais, força mobilizadora contra a militarização e o uso de armas que o imperialismo emprega, sejam armas ideológicas, informáticas, económicas, ambientais ou sociais.

O MDM integra a direcção da FDIM – Federação Democrática Internacional de Mulheres - e desenvolve a sua acção internacional prioritariamente nesse quadro, sob a égide das grandes

consignas mobilizadoras das mulheres no mundo, por direitos, pela igualdade, o desenvolvimento e a paz, objectivos indissociáveis e que se articulam proporcionando o bem-estar e a felicidade a que todas aspiram. O 70º aniversário da FDIM, que decorre no ano de 2015, será um momento áureo para alargar a sua influência e mostrar ao mundo a sua vigorosa determinação em travar os focos de guerra e lutar pela Paz.

Somos solidárias com as mulheres heroicas que constroem nos seus países espaços de amizade, cultura, sonhos, e erguem os seus países das ruínas, provocadas pelas bombas e minas, e com todas as que combatem todas as formas de opressão, a fome e a pobreza que oprime os seus países, sujeitos às ameaças e ao controle das forças do mundo capitalista e imperialista, que usam a guerra e a exploração, nas suas várias facetas, tentando impor o neocolonialismo para melhor explorarem os recursos naturais desses países.

O MDM manifesta a sua solidariedade para com as mulheres e suas organizações que, em vários países europeus, denunciam os resultados das políticas de austeridade impostas, que são medidas de agressão contra os direitos alcançados por uma luta secular dos trabalhadores e das trabalhadoras pelo direito ao emprego, à saúde e à educação, e preocupa-se com a emergência de forças fascistas no território europeu, de sistemas autoritários e repressivos, de movimentos social-democratas e democratas cristãos que permitem a perversa associação entre o fascismo e o comunismo, para justificar a repressão e o silenciamento das forças progressistas, sejam movimentos ou partidos políticos.

O MDM está confiante na grande força colectiva de mulheres que, com a sua voz, a sua mobilização e entusiasmo, continua a defender um mundo mais justo e de igualdade para todas as mulheres.

Disse.

Um exemplo de exploração no local de trabalho

Helena Frazão

Coimbra

Boa tarde amigas,

É para mim uma grande honra poder dirigir-me ao nosso Congresso em nome das Mulheres de Coimbra. Trago-vos um abraço de todas as que não puderam estar aqui fisicamente, mas que não deixam de sentir, como sua, esta festa da participação das mulheres que lutam em defesa dos seus direitos, pelo trabalho, pela paz, pelo pão, pela sua dignificação, e pela própria dignidade que nos querem arrancar.

Sou, para além de ativista do MDM, dirigente sindical da Hotelaria, actividade que abracei com algum receio de errar, de não ser capaz de corresponder à responsabilidade de dar voz às minhas camaradas de labuta. Muito hesitei, mas com o apoio do marido e restante família aceitei e digo-vos amigas, que aqui estou a falar-vos e sim, sou capaz e dou e darei o melhor do que sou e sei, em prol de uma sociedade mais justa para todas(os) nós.

Amigas,

Como dirigente do sindicato de hotelaria o universo de mulheres trabalhadoras é muito superior ao dos homens e com elas temos travado algumas lutas, das quais destaco as lutas das trabalhadoras(es) do SUCH pela reposição do subsídio de alimentação, que a empresa unilateralmente decidiu reduzir, e do pagamento de 200% do trabalho prestado em dia feriado, de acordo com o Contrato coletivo de trabalho (CCT). Nesta luta as(os) trabalhadoras(es) do SUCH, empresa na qual também eu trabalho, deslocaram-se em manifestação a Lisboa, à sede da empresa com o objectivo de se fazerem ouvir. Nessa deslocação contámos com a presença do MDM, que se deslocou à concentração, para dar apoio às trabalhadoras, entregando a “*Declaração às Mulheres Portuguesas*” aprovada no anterior Congresso. Essa presença e apoio foi muito importante até para que estas(es) trabalhadoras soubessem que na luta estamos todas(os) juntas(os). De regresso a casa, algumas tomaram a iniciativa de aderirem ao MDM. Esta experiência de trabalho do MDM, sendo pequenina, foi grande e mostrou potencialidades de novas adesões ao Movimento, de elevação da consciência para a importância da participação das mulheres nas suas organizações e para a unidade, que são as alavancas fundamentais para engrossar a luta das mulheres contra as discriminações de que são alvo e na defesa dos seus direitos.

Amigas, importa sublinhar que o resultado da luta das(os) trabalhadoras(es) da SUCH foi a empresa sentar-se á mesa com os sindicatos e estas(es) trabalhadoras(es) passarem a receber o trabalho prestado em dia feriado a 150% até Dezembro de 2014 e, já em Janeiro de 2015, a 200% de acordo com o CCT.

Esta vitória é muito importante, mas não chega e, por isso, estamos aí na luta, para a reposição dos feriados roubados e a reposição dos direitos conquistados, e por aumento de salário; já no próximo dia 13 de Novembro as(os) trabalhadoras(es) das cantinas iram aderir a um pré-aviso de greve, sim e digo-vos que irão aderir porque Amigas, na parte que me toca a mim, irei trabalhar para a derrota deste governo até que a “pide” me permita.

Viva os trabalhadores!

Viva o MDM!

A multiplicidade das violências - um real bem feminino

Manuela Antunes da Silva

Aveiro

Coube-me a mim, falar-vos um pouco do nosso olhar sobre a multiplicidade das violências que vitimam especialmente as mulheres. Todas nós conhecemos bem o significado deste flagelo, que abrange uma enorme variedade de aspetos da vida de muitas mulheres, do privado ao público, do social ao político. Ficam aqui só algumas referências de dados revelados recentemente: a nível europeu, 80% das vítimas de tráfico humano na UE são mulheres. A nível global, o Fundo das Nações Unidas para a Infância revela que «quase uma em cada quatro raparigas adolescentes é vítima de violência física» e ainda que, uma em cada dez raparigas menores de 20 anos, passou por experiências de relações sexuais forçadas. Em Portugal, o número de casos de abuso sexual de menores a ser investigado aumentou em 14%, em 2013. Todos os dias nos chegam relatos de maus-tratos exercidos sobre mulheres idosas, que vivem em situações de extrema vulnerabilidade, perpetrados tanto na esfera familiar, como em instituições de acolhimento. Chegam-nos relatos de novas formas de prostituição juvenil, de mulheres maltratadas pelos próprios filhos adolescentes, de perseguição e assédio moral sobre trabalhadoras.

A perceção que temos da dimensão deste fenómeno é de que existe, hoje, um caldo de cultura propício ao recrudesimento da violência sobre as mulheres. O desemprego, a precariedade, as políticas de desinvestimento económico e social, em geral, conjugadas com as desigualdades sociais gritantes, as práticas discriminatórias contra as mulheres caracterizam contextos socioeconómicos, culturais e pessoais facilitadores de violências de todo o tipo, desde a violência doméstica e no namoro, ao tráfico, à prostituição, ao assédio moral e sexual no local de trabalho, ou mesmo às violências de novo tipo como a ciberviolência.

O papel do MDM, ao longo do tempo

O MDM (Movimento Democrático de Mulheres) iniciou mesmo a discussão pública sobre estas temáticas, em tempos em que ainda pouco se ouvia falar sobre este fenómeno. Nos anos 80 e 90 do século XX, esta questão teve uma presença constante na ação política do MDM, através da denúncia, do debate, da reivindicação junto dos órgãos de poder. Defendíamos então a criação de instrumentos de combate à violência doméstica e de apoio às vítimas, através de produção de legislação adequada e da criação das casas de abrigo para mulheres vítimas de violência.

Refiro, como exemplo das inúmeras iniciativas então realizadas, a organização de um tribunal de opinião pública contra a violência, numa verdadeira sala de audiências no Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa, ainda nos anos 80.

Em resultado das longas lutas do MDM, de outros movimentos de mulheres e de outras instituições que a nível nacional e internacional se envolveram nesta batalha, foram adotadas algumas medidas e criados alguns instrumentos positivos de apoio às mulheres vítimas.

Entre esses instrumentos destaca-se a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, as respetivas alterações ao Código Penal e, mais recentemente, os vários planos nacionais sobre as temáticas da igualdade e das múltiplas violências que continuam a atingir especialmente as mulheres.

O MDM, desde 2005, que desenvolve projetos financiados pelos fundos estruturais europeus, especificamente destinados à prevenção e combate das violências, desde o tráfico e a prostituição,

à violência doméstica e no namoro. Intervém diretamente junto de públicos-alvo vítimas de violência, promove o debate das temáticas em causa, envolvendo outras organizações e parceiros, reivindica novas políticas, aponta novos caminhos.

^ **Âmbito internacional**

Mesmo a nível internacional, a preocupação sobre as temáticas das violências é relativamente recente. Só em 1979, a Comunidade Internacional, através da Assembleia Geral das Nações Unidas, promulgou a primeira Convenção sobre este fenómeno. Refiro-me à “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres”. Entretanto, ao nível das várias instâncias internacionais, foram sendo produzidos vários instrumentos legais com o objetivo de vincular os estados a introduzir, nas suas próprias leis, medidas de prevenção e combate às violências sobre as mulheres.

A produção continuada de legislação internacional tem revelado que estes fenómenos continuam a ter um âmbito transnacional, e que já não pode ser tolerado qualquer direito dos homens (pais, maridos, namorados ou companheiros) a exercer qualquer tipo de violência sobre as mulheres, sob qualquer pretexto, nomeadamente de ordem cultural, ou a conferir legitimidade a atos de violência, mesmo quando praticados na privacidade da vida familiar.

A mais jovem Convenção sobre Violência Contra as Mulheres é europeia. Trata-se da chamada Convenção de Istambul, da responsabilidade do Conselho da Europa (CE), de Maio de 2011, ratificada já por Portugal. É importante porque trata a multiplicidade das violências que atinge as mulheres, pelo facto de serem mulheres, porque aponta para a necessidade de criação de novos instrumentos legislativos que agilizem os procedimentos, defendam e protejam as vítimas e as testemunhas, porque chama a atenção para o papel que tem de caber aos estados na promoção de políticas de defesa da igualdade de direitos entre mulheres e homens, nomeadamente com a adoção de medidas de discriminação positiva e de prevenção das desigualdades.

É nosso entender que a Assembleia da República deve, quanto antes, legislar, adequando a Lei às recomendações da Convenção de Istambul.

Conclusão

Temos pois, hoje, um significativo conjunto de instrumentos legais no que respeita ao combate e prevenção das violências sobre as mulheres. Porém, a lei, seja de que origem for, nacional ou internacional, não muda só por si os comportamentos, os hábitos ou as convicções. Ajuda e legitima essa mudança, mas, em Portugal, sem uma profunda alteração política, que restitua os direitos perdidos, sejam laborais, sejam sociais, que de uma forma tão intensa e comprometida as mulheres ajudaram a conquistar com Abril, não haverá mudanças. Haverá remendos que poderão apenas tornar algumas feridas menos dolorosas. Não podemos correr o risco de transformar as leis em piedosas declarações de intenções.

A violência contra as mulheres continuará a ser um tema de estudo, de intervenção e de luta do MDM. A violência contém em si uma dimensão discriminatória objetiva, quer na sua natureza, quer nos seus efeitos, que não podemos tolerar. É geradora de constrangimentos e impedimentos à participação plena, em igualdade, das mulheres maltratadas, tanto na vida privada como familiar, tanto na vida social como na vida pública. Tem de ser prevenida, tem de ser combatida. Aqui estaremos para continuar esta luta.

O assédio moral no local de trabalho

Andrea Doroteia

Aveiro

Em nome da União de Sindicatos de Aveiro CGTP-IN, quero começar por saudar o 9º Congresso do Movimento Democrático de Mulheres, na certeza que ele constitui um momento alto para o reforço do movimento das mulheres portuguesas que não abdicam de sonhar e viver melhor.

Vários tem sido os momentos em que temos tido a oportunidade de trabalhar em conjunto com o MDM. Disso é exemplo recente o Projecto Viver Direitos Vencer Violências, que, para nós, constituiu uma experiência muito importante, pois foi possível aprofundar o debate sobre o assédio moral nos locais de trabalho, que constitui hoje uma realidade, infelizmente presente em muitos locais de trabalho, e que incide particularmente nas mulheres.

Poderemos mesmo afirmar que não existe nenhum sector de actividade onde não haja vítimas de assédio. Este fenómeno tende a banalizar-se em resultado de estratégias patronais para afastar trabalhadores incómodos ou indesejados, da persistência de elevados níveis de desemprego, que frequentemente forçam os trabalhadores a aceitar situações humilhantes e de modos de organização de trabalho que tem práticas de gestão mais stressantes, desumanizadas e potenciadoras de grande competição entre os trabalhadores, que levam à desvalorização do trabalho.

O assédio contamina o ambiente de trabalho e pode ter uma consequência devastadora sobre as vítimas, e sobre os colegas que observam a intimidação e o clima de medo que instalam e conduzem à degradação das condições de trabalho.

Provoca danos na saúde, tem consequências pessoais graves tais como perda de auto estima, ansiedade, rejeição ao local de trabalho, perturbações do sono, de pele, apatia, irritabilidade, perturbação de memória, problemas gastro-intestinais que conduzem muitas vezes a baixas intermitentes ou mais prolongadas.

O assédio moral é um comportamento sistemático indesejado (gesto, palavra, atitude) praticado com algum grau de reiteração (repetição) e tem como objectivo ou efeito afectar a dignidade da pessoa ou criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

O assédio é moral quando consiste em ataques verbais de conteúdo ofensivo ou humilhante e físicos, podendo abranger a violência física e ou psicológica, visando diminuir a autoestima da vítima e em última análise a sua desvinculação ao posto de trabalho.

O assédio não é um problema ético ou moral. Ele tem de ser enquadrado na estratégia de agravamento da exploração, particularmente sobre as mulheres, por parte do patronato, confiado no apoio explícito e implícito da política de direita dos últimos 38 anos, que interrompeu um tempo novo de avanço impetuoso nas conquistas e direitos de quem trabalha e designadamente das mulheres, que foi a Revolução Libertadora do 25 de Abril, de que este ano comemoramos o seu 40º Aniversário.

A este propósito, quero chamar a atenção das camaradas e amigas, para a recente notícia de que duas das maiores e mais conhecidas empresas do mundo, empresas símbolo da modernidade, a Apple e a Facebook, pretendiam pagar às suas trabalhadoras para congelarem os óvulos para não engravidarem, num período em que a empresa precise delas. E, ainda por cima, pretendem

apresentar isso como coisa moderna!

Isto até pode ser apenas “atirar o barro à parede”, como se diz na minha terra. Mas mostra bem que o Capital, camaradas, não tem limites. Que maior assédio pode haver, que dizer a uma mulher que quer ser mãe, que o não pode ser porque isso não serve os superiores interesses do lucro da empresa? E com que outras formas de assédio tentarão impor o primeiro?

Não temos que ter medo de lutar pela efectivação de direitos, liberdades e garantias constitucionais, nós cumprimos os nossos deveres, temos razões acrescidas para exigir que respeitem os nossos direitos.

O assédio é proibido!

A indiferença é desumana, todos podemos ser vítimas de assédio!

Quem cala consente!

É preciso denunciar para o combater!

Viva o 9º Congresso do MDM !

O MDM na defesa da função social da maternidade

Elsa Couchinho

Lisboa

O nosso encontro faz-se sob o lema: Pelos direitos e dignidade das mulheres - a urgência de lutar por Abril.

Entre 1974 e o início dos anos 80, Portugal sobe rapidamente nos índices de desenvolvimento humano; neste período está entre os países da Europa em que as mudanças são mais rápidas e mais significativas, fruto das profundas transformações sociais, políticas, económicas e culturais conquistadas com a Revolução de Abril.

Se continuarmos a observar os gráficos de desenvolvimento humano, verificamos que, depois do início dos anos 80, a grande maioria dos índices de desenvolvimento humano começa consistentemente a estagnar e, com o tempo, a descer até aos dias de hoje. Mantiveram-se ou melhoraram de forma menos significativa, elementos ligados sobretudo à saúde, como é o caso da taxa de mortalidade infantil.

Sabemos o quanto nos tem custado cada conquista e cada retrocesso.

No que diz respeito à maternidade muitas de nós ainda se recordam de ouvir falar na baixa de parto.

Foi e é uma luta das mulheres ver reconhecido o direito à maternidade, não só pela condição biológica ligada à recuperação do parto ou à amamentação, mas também pelo reconhecimento e valorização dos elementos relacionais e afectivos que salvaguardam o desenvolvimento das crianças.

Foi uma luta e é uma conquista das mulheres a existência de uma rede de cuidados de saúde primários que incluiu o planeamento familiar e a saúde materno-infantil.

Foi uma luta e é uma conquista das mulheres o que hoje todas denominamos licença de maternidade. Foi uma luta e é uma conquista das mulheres que hoje a interrupção voluntária de gravidez se faça por vontade da mulher e em condições de segurança no sistema nacional de saúde.

Foi uma luta e é uma conquista das mulheres que a licença de maternidade seja um direito das mães que adoptaram os seus filhos.

Foi uma luta e é uma conquista das mulheres cada aumento do período de licença de maternidade.

Foi uma luta e é uma conquista das mulheres a criação de uma rede pública de ensino pré-escolar.

Foi e é uma conquista das mulheres que hoje falemos de licença de maternidade e de paternidade, caminhando no sentido da igualdade de direitos e deveres de pais e mães no que diz respeito aos cuidados e educação dos seus filhos.

Estes avanços são grandes, mas reparem como cada um deles se deparou e depara permanentemente com fortes obstáculos.

O alargamento da licença de maternidade e de paternidade é uma luta actual, devendo ter como objectivo aproximar-se gradualmente de um período mais adequado às necessidades das crianças e das famílias. Esse alargamento só poderá ser um direito efectivo se eliminarmos a condição de desigualdade a que hoje está sujeito. Ou seja, esse período não deve implicar uma perda de rendimentos. Esta contradição da lei não é inocente, não surge do acaso, revela que a maternidade e a paternidade, tal como a saúde e a educação, são cada vez mais para uma minoria, para quem pode.

Outro elemento importante é que nos últimos 30 anos, as entidades patronais ganharam e ganham com a impunidade pela não aplicação das leis. Impunidade que se revela no despudor com que se propõem contratos laborais que obrigam as mulheres em idade fértil a assumir o compromisso de não engravidar. Impunidade face ao despedimento de mulheres e homens que optaram por fazer valer os seus direitos de maternidade e paternidade. Esta impunidade também não é inocente e não surge do acaso.

Precisamos de ir mais longe para compreendermos porque efectivamente a maternidade não é um direito pleno, para compreendermos que apesar dos avanços a taxa de natalidade continua dramaticamente baixa.

A realidade é que a par destes avanços nos deparamos com inúmeros retrocessos, porque sem outros direitos esses avanços são curtos e não são sustentáveis.

A situação social com que nos deparamos hoje é dramática mas é necessário compreendermos de onde vem.

O empobrecimento é hoje uma realidade inegável, mas é necessário lembrar que o poder de compra de quem trabalha diminuiu sistematicamente nos últimos trinta anos.

As mulheres e as crianças estão entre aqueles que mais são atingidos pela pobreza, esta é uma consequência inegável da disparidade salarial que se mantém entre homens e mulheres. Com os seus baixos salários as mulheres encontram-se mais desprotegidas quando se deparam com situações de desemprego ou doença e, como é evidente, quando se reformam.

Trinta anos de ataque à contratação colectiva e ao trabalho com direitos, trinta anos que se inauguram com a instituição dos recibos verdes, passando pelo Código do Trabalho e mais tarde pela sua revisão. Desembocando na praga de trabalho precário que atinge todos, mas em especial os jovens. Desregulando horários de trabalho com graves consequências para a saúde de quem trabalha e também para a vida familiar.

Trinta anos em que foi sendo cada vez mais difícil o acesso ao trabalho com direitos, o acesso à habitação, à saúde e à educação. É pois uma evidência que as medidas de protecção à maternidade e à paternidade, quando desligadas de outras, têm um impacto reduzido.

Por outro lado, vemos como os retrocessos relatados interferem profundamente no período do ciclo de vida em que se encontram os jovens adultos, e que se caracteriza pela conquista plena da sua autonomia, pelo estabelecimento de relacionamentos amorosos, pelo equacionar a constituição da sua própria família e dentro do projecto de família equacionar ou não o nascimento de crianças; no caso das jovens mulheres temos ainda que ter em conta a sua condição biológica, que limita a possibilidade de engravidar dentro da idade fértil. Com ou sem crianças os jovens adultos iniciam um processo de mudança em si próprios e nas famílias que culminará, entre outras coisas, com assumir para si que passarão da condição de ser cuidados à condição de cuidadores. Cuidadores de si, das novas gerações e das gerações mais velhas.

É necessário resgatar os valores e as conquistas de Abril.

Para terminar, e como forma de continuar a ilustrar a urgência de lutar por Abril, aponto os seguintes retratos da nossa realidade:

Hoje existem, tanto quanto sei, duas praças de jorna: uma na baixa de Lisboa, outra na margem Sul.

Existem contratos de trabalho ao dia, por exemplo em call-center's. Existem contratos de trabalho ao mês e, trabalhando dentro do mesmo grupo económico mas supostamente para empresas diferentes, passam 7, 8, 9 anos sem que se gozem férias, como é o caso do grupo Jerónimo Martins. Hoje há contratos a tempo zero, sim contratos escritos sem salário na área da ciência e investigação realizados por entidades públicas.

Hoje, em Guimarães, numa empresa de calçado as operárias trabalham 16 horas, com um ritmo de linha desumano, em pé, ouvindo a espaço o director fabril dizer “cabeça para baixo”; ganham o salário mínimo; as declarações médicas suspendendo as horas extraordinárias, por motivos de saúde, são rasgadas.

Esta empresa de calçado em Guimarães está prestes a entrar em lay-off, durante quinze dias, porque se vai instalar um novo robot, porque é necessário fazer uns arranjos, umas pinturas, porque em breve, antes do final do ano, haverá a visita oficial do Presidente da República. Ficarão a saber o nome da empresa numa qualquer reportagem catita sobre empresas, inovação e empreendedorismo.

Na próxima semana, em Coimbra, um jovem casal festejará o primeiro aniversário do seu bebé, é dia 31, é dia de semana, é dia de trabalho. Ambos saem de casa às 7:30, ele regressa entre as 7:30 e as 20h, ela não sabe. No final do financiamento da sua bolsa de investigação, ficará desempregada, faltam 14 meses. Querem ter uma vida melhor, querem ter outro filho e por isso falam na possibilidade de emigrar.

Em 2008 conheci uma jovem mulher que vivia com o seu bebé e o seu companheiro num quarto alugado em Lisboa. Foi a segunda mulher que me contou que começou a trabalhar uma semana depois do bebé nascer; aos três meses este deixou de a acompanhar para o trabalho e passou a ficar numa creche, foi a primeira vez que teve acesso a brinquedos e este detalhe fez-me fixar a data.

Depois de 2008 começaram a ser muitas as mulheres que na restauração ou nos salões de cabeleiros começaram a trabalhar uma semana ou um mês depois do nascimento dos seus filhos. Muitas, embora uma única seja demais.

Em 2008 numa das creches que conheci bem, na totalidade de uma sala de bebés, e de duas salas entre os 18 meses e os três anos, apenas duas mães tinham contrato de trabalho sem termo, todas as outras trabalhavam sem contrato. Nenhuma ganhava mais que o salário mínimo, duas não chegavam a ganhá-lo. Uma trabalhava 7 horas por dia, as outras entre 12 a 18 horas. Todas trabalhavam ao sábado.

Hoje é cada vez maior o número de jovens mulheres que adia e torna a adiar o projecto de ser mãe, porque se encontram demasiado ocupadas a garantir os mínimos para a sua subsistência.

É por isto e por muito mais que é urgente lutar por Abril!

Viva as mulheres que lutam!

Viva o MDM!

A violência no namoro

Maria Joana Pereira

Aveiro

O fenómeno da violência no namoro tem vindo a manifestar-se de forma preocupante na sociedade atual.

Os jovens que hoje vivem numa sociedade de consumo e num contexto de globalização exacerbada são vítimas de uma cultura individualista, onde as sombras do passado de uma sociedade tradicionalista se manifestam.

Os jovens são vítimas da existência da pressa constante e da aceleração presentes, a “Cultura Agorista”, que acaba por interferir negativamente no desenvolvimento do carácter, estagnando a sociedade enquanto conjunto evolutivo. Bauman, criador deste conceito, afirma até: “*o querer que o tempo pare é sintoma de estupidez, preguiça ou incompetência; é um crime passível de punição*”.

Estamos, pois, convictas que o fenómeno da violência no namoro, entre outros, retrata bem a vivência desta “Cultura Agorista”.

Com o fenómeno da violência no namoro, se analisado com maior profundidade, verificamos que não estamos perante a evolução que se esperava e desejava e também vislumbramos traços de retrocesso nos comportamentos entre homens e mulheres.

Desde 2005 que o MDM se vem preocupando com esta temática e que tem vindo a promover um trabalho de reflexão e sensibilização importantíssimo, evidenciado nos projetos levados a cabo em 2013 e 2014, nos distritos do Porto, Aveiro e Évora. O contacto que temos vindo a promover com as escolas confirma a irradiação deste fenómeno, desde o controle de SMS, até ao controlo nas redes sociais, passando pela verbalização de sentimentos e conceitos negativos e atingindo mesmo a agressão física.

Confirmam-se, pois, os estudos sobre a temática, reiterando o facto de que nas relações de intimidade entre jovens estão frequentemente presentes atos de violência (como se de uma realidade normal se tratasse), em maior ou menor grau.

Aliás, verifica-se que, à medida que as relações de namoro se prolongam no tempo, a violência tem tendência a aumentar, constituindo frequentemente a antecâmara da violência conjugal.

Apesar de alguns estudos de natureza quantitativa revelarem níveis de agressão e vitimização idênticos entre rapazes e raparigas, a perceção que temos, decorrente dos contactos diretos com jovens adolescentes e com professores e professoras que intervêm em áreas de educação para a igualdade, saúde e cidadania, é a de que existem, também aqui, diferenças perturbadoras entre os sexos.

A verdade é que, entre mitos e preconceitos, a experiência vai-nos revelando que:

- * Os rapazes aparecem como principais agentes da violência física, enquanto se atribui mais a violência psicológica às raparigas;
- * As raparigas são as principais vítimas na violência sexual;
- * Justifica-se mais a violência com base no ciúme;
- * Se enfatizam as diferenças biológicas e psicológicas entre rapazes e raparigas para explicar os diferentes comportamentos face à violência.

Estes exemplos alertam-nos para a permanência de concepções estereotipadas quanto aos papéis de ambos os sexos, que se traduzem na discriminação das mulheres na situação de vivências íntimas de namoro.

Podemos com isto afirmar que nesta “*Cultura Agorista*” que envolve a sociedade atual, e os jovens em particular, dificilmente se estabelecem vínculos duradouros.

Porém, constatámos ainda uma grande abertura dos jovens nas campanhas de sensibilização, provavelmente como resultado de uma maior visibilidade da temática na sociedade, percebendo que os jovens já são capazes de identificar as diferentes formas de abuso, quer físico, quer psicológico, quer sexual.

Apercebemo-nos também que este trabalho de sensibilização tem dado frutos e que os jovens percebem as implicações nefastas que o comportamento violento poderá produzir nas vítimas, a curto, médio e longo prazo, acabando os jovens por concluir pela reprovação do uso da violência.

Este trabalho de sensibilização é fundamental e tem sido objeto de grande preocupação da nossa parte, nomeadamente, com a produção de materiais pedagógicos que têm sido testados, em várias escolas, com êxito. Aliás o artigo 14º da convenção de Istambul, já ratificado por Portugal em 2013, incentiva os estados a “*incluir nos currículos escolares de todos os níveis de ensino adaptado ao nível de desenvolvimento dos alunos sobre questões tais como a igualdade entre as mulheres e os homens os papéis de género não estereotipados, respeito mutuo, a resolução não violenta dos conflitos nas relações interpessoais, a violência de género exercida contra as mulheres e o direito à integridade pessoal*”.

Apercebemo-nos, claramente, de que sempre que os adolescentes e jovens repelem esta “*Cultura Agorista*” de Baumam e a partir do momento em que estes passam a ter tempo e espaço para refletir, pensar e sentir, a problemática da violência passa a ter contornos diferentes e que os próprios jovens passam a ser agentes ativos no combate a este fenómeno.

Permitam-me citar um grande escritor, Rilke, que em 1903 teve a sabedoria de expressar as seguintes palavras em resposta direta a um amigo:

“O senhor é tão jovem, tem ainda tanta coisa à sua frente que gostaria de lhe pedir, caro senhor, tanto quanto me é possível, para ter paciência perante tudo o que ainda está por resolver no seu coração e que tente amar as próprias perguntas como uma sala fechada e livros que tenham sido escritos numa língua remota.” Rilke, 16 de Julho de 1903

Esta realidade, que não pode ser subestimada, coloca na ordem do dia a importância do movimento de mulheres na reflexão e intervenção no combate às discriminações de que as mulheres são vítimas, em todos os aspetos da vida, nomeadamente ao nível da violência do namoro e da violência doméstica.

Precariedade laboral e desemprego

Vidas a termo incerto

Isabel Neto
Lisboa

Venho aqui falar-vos, sobre o que é ser mulher e trabalhadora precária hoje, passados que estão 40 anos do 25 de Abril.

Pois bem, não é fácil transmitir esse sentimento, por que ele é uma sensação de impossibilidade de ter um presente (ou um futuro), e isto é difícil de, em poucas palavras, o explicar.

Vou, assim, falar da minha experiência pessoal e da de algumas colegas, que comigo trabalharam e continuam a trabalhar nessas condições.

Já nem falo de um contrato de 6 meses ou mesmo de um mês. Falo-vos de, por exemplo, ter um contrato de trabalho que se renova a cada 7 dias! Sim, a cada semana....

Naturalmente, que neste momento questionam se isso é possível, ou até legal. É sim!

E redigido com todos os pontos finais e vírgulas, no sítio certo, para que não haja aso a qualquer outra interpretação para além do que lá está.

Ser precário é não poder ter um presente, quanto mais um projeto de futuro...

É não ter a certeza se na semana seguinte se tem trabalho e, com ele, tudo o que acarreta: O nosso sustento, a nossa independência, uma família...

É sobreviver em vez de viver. É pensar um dia após o outro e sem saber se no fim de uma semana vai haver outra...

No momento em que se assina um contrato destes, perde-se a dignidade, e nem damos conta, porque ficamos felizes por ter trabalho e, na nossa faixa etária, que vai dos 35 aos 50 anos, o importante é mantemo-nos activas para o mercado de trabalho.

O que pensamos é: que bom, consegui um trabalho, mas, pouco tempo depois, percebemos que vendemos a alma ao diabo...

Somos pagas a 2,80€ à hora, sujeitas a uma pressão enorme, quer por parte da entidade empregadora, quer por nós próprias, na esperança de mantermos o pouco que temos.

É não saber quantas horas de trabalho se tem nos dias seguintes: podem ser 8h como podem ser apenas 3h (que é o mínimo) pelo que o rendimento nunca é certo, mas certas são as despesas, nomeadamente de deslocação para o local de trabalho...

Ser precário é sem dúvida ter um sentimento de impossibilidade de futuro, é sentir que a vida nos escapa...

Um sentimento de impotência, que muitas vezes se torna num baixar de braços e deixar de sonhar com uma vida melhor e com um mundo melhor.

E, em tantas outras, é brincar e ter sentido de humor com a nossa própria situação, rindo de nós próprias...

Fundamental é, lá no fundo de nós, continuar a acreditar e não desistir...

Por isso aqui estamos, unidas no MDM na luta pelos direitos e a dignidade das Mulheres.

A prostituição e a dignidade das mulheres

Inês Fontinha

Lisboa

Agradeço o convite que me foi feito para estar hoje, aqui, no 9º Congresso do MDM.

O objectivo desta intervenção é partilhar convosco a minha experiência de trabalho ao longo de 40 anos junto de jovens e mulheres prostituídas, o que aprendi com estas jovens e mulheres que confiaram em mim para me relatarem os seus percursos, os seus sentimentos, os seus sonhos, numa palavra, as suas vidas.

Comecei a trabalhar na Instituição O Ninho tinha eu 30 anos. Estávamos em 1975, vivendo um período de mudanças profundas advindas da Revolução de Abril de 1974, conhecida no mundo como a Revolução dos Cravos.

Em plena euforia de uma liberdade conquistada, vi-me confrontada com uma realidade que desconhecia. A realidade de raparigas que residiam no Lar de Acolhimento, buscando caminhos de mudança, encontrando aqui uma alternativa para a saída do sistema prostitucional.

Ouvi histórias inabitadas de afectos, de abusos sexuais persistentes pelo pai, pelo padrasto, pelo irmão, por um amigo da família. Escutei a fome, o trabalho infantil, a pobreza que habitou a infância de todas elas. Escutei o sofrimento de corpos desvalorizados pela violência a que foram sujeitos, vi a dissociação/clivagem entre o psicológico e o físico, quando afirmavam “*o meu corpo vai para o quarto, mas a minha alma fica de fora*”.

Fui aos locais onde as mulheres procuravam os clientes, ruas, bares, casas de passe. Conheci raparigas que não perdiam a esperança “ Eu estou aqui por pouco tempo. Logo que resolva uns problemas eu deixo esta vida”. Tinham um plano: deixar a prostituição.

Passam anos, permanecem no mesmo local, mas o sonho continua “*qualquer dia deixo isto*”.

Ouvi o desespero instalado “*Eu não vivo, sobrevivo. Isto é uma violência contínua*”.

Senti a culpa “*Eu mereço isto*”.

Escutei preces dirigidas a um Deus qualquer pedindo protecção.

Vi funerais de mulheres cheios de coroas de flores oferecidas pelas que ficaram.

Conheci os bares de espera.

Conheci os bares de luxo, hotéis de luxo, os bordéis que hoje se chamam apartamentos.

Conheci as amas dos filhos.

Vi raparigas, ainda meninas, subirem escadas com um cliente para um quarto de pensão.

Vi-as descerem com o dinheiro contado pago pelo cliente.

Vi homens endinheirados comprarem meninas, em carros topo de gama.

Escutei as lágrimas escondidas de mulheres que não se sentiam gente.

Compreendi que o meio prostitucional funciona como um mercado de oferta e de procura. Oferta

por parte da mulher que se vende, procura por parte do homem que a compra. Compreendi que na maior parte dos casos intervém outra pessoa: o chulo ou proxeneta, o organizador do mercado, o proprietário de casas fechadas, o fornecedor do quarto de hotel.

Compreendi que o facto de o cliente pagar afasta qualquer afecto, desculpabiliza-o, desresponsabiliza-o.

Nem pensa que daquela relação sexual pode ter gerado um filho.

Aprendi que a mulher se sente uma “coisa”, um objecto, um utensílio para uso do homem, para satisfazer as suas fantasias “ eu sou reciclável, sou usada e posta de parte”.

Aprendi que o homem cliente é proveniente de todas as classes sociais. O local onde procura a mulher é diferenciado consoante o seu poder de compra. Num hotel ou bar de luxo o cliente tem poder económico e exige que a mulher corresponda ao seu estatuto social, na forma de se vestir, de se comportar. Exige que se confunda com o seu próprio estatuto social. Por isso, quando entrei num bar de luxo vi mulheres que pareciam pertencer a classes sociais com poder económico mas, quando me contaram a sua vida, tinham tido percursos muito semelhantes ao de outras mulheres que se prostituíam em outros locais, frequentados por homens/clientes com fracos recursos económicos.

Vi, assim, a oferta a adaptar-se à procura.

Compreendi que o negócio da prostituição rende ao proxenetismo milhões de euros, porque a prostituição não se reduz a um acto individual de uma pessoa que aluga o seu sexo por dinheiro, é uma organização comercial com dimensões locais, nacionais, internacionais, onde existem três parceiros: pessoas prostituídas, proxenetas e clientes.

Aprendi que a prostituição diz sempre respeito à sexualidade:

À do cliente porque, apesar das aparências de ser ele quem usufrui, não é compensador comprar a utilização do sexo de outra pessoa.

À do proxeneta, pois é humanamente destruidor viver reduzindo a vida das pessoas a uma exploração financeira da sua intimidade.

À da pessoa que se prostitui, a mais marcada por esta redução, através do dinheiro, ao estado de objecto.

Aprendi que estamos perante o sexo separado de todo o significado humano, sexo/objecto. Compete-me pôr as minhas dúvidas em relação a esta banalização do sexo, porque é muito aquilo que se joga, ao recusar-se dissociar sexo (objecto de prazer) do sexo (órgão de reprodução) e o sexo como meio de exprimir amor.

E falando de afectos, também sei, que elas, as mulheres prostituídas, também tentam amar e ser amadas.

Aprendi que se trata de uma dinâmica profunda segregada pela sociedade mercantil, da qual o capitalismo é a forma actualmente dominante. Este sistema não produziu ainda um antídoto, um “contraveneno” que nos permitisse passar do dinheiro, como equivalente de todo o valor, para o dinheiro, como equivalente unicamente de alguns valores.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que “*A sexualidade é uma energia que nos motiva para encontrar amor, contacto, ternura e intimidade. Integra-se no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia a nossa saúde física e mental*”.

Integrada numa relação afectiva, a sexualidade é vivida de uma forma responsável, partilhada, em igualdade.

Na prostituição todos estes actos íntimos são rebaixados a um nível único - ao de um valor mercantil.

A sexualidade é vivida como uma procura de prazer á custa do outro. É uma forma de violência.

“*O meu corpo vai para o quarto, mas a minha alma não.*”

Vi raparigas a vomitarem depois de “*fazerem clientes*”.

Escutei a vergonha “*Eu tapo a cara e finjo que não sou eu*”.

Vi lágrimas silenciosas de humilhação “*hoje já fui penetrada 10 vezes*”.

Aprendi que a auto-estima está destruída e vi a culpa a instalar-se.

Vi muitas mulheres com a saúde mental comprometida. Acompanhei imensas raparigas a consultas de psiquiatria e de psicologia.

Mas alguma coisa mudou nestes últimos anos? Perguntam-me várias pessoas.

Sim mudou, respondo.

Vejo raparigas, ainda meninas, aprisionadas em redes de tráfico.

Vejo organizações criminosas a pedirem a legalização da prostituição, para passarem a ser “honestos empresários do sexo”

Vejo o desemprego atingir os jovens de forma dramática.

Vejo famílias inteiras a serem agarradas pela pobreza.

Vejo empregados da Tróica entrar no meus país e em conluio com os governantes tirarem a esperança a milhares de pessoas.

Vejo famílias inteiras no desemprego.

Vejo a prostituição aumentar de forma dramática.

Vejo mulheres com 40/50 anos a recorrerem à prostituição para alimentarem os filhos.

Vejo uma Europa dominada pelos grandes grupos financeiros.

Vejo a ausência de solidariedade com as mulheres prostituídas.

Vejo raparigas vulneráveis serem recrutadas para a prática de prostituição.

Vejo proxenetas tornarem-se industriais do sexo em países desenvolvidos.

No dia 1 de Março, deste ano de 2014, foi inaugurado o único museu do mundo de prostituição, para mostrar o que se passa por detrás das montras do Bairro Vermelho em Amesterdão (Holanda).

Ouvi afirmarem que *“existem raparigas da Europa de Leste que são forçadas pelos homens a trabalhar atrás das janelas e têm de lhes dar o dinheiro todo, e eles dizem sobre a família, que por exemplo está na Roménia: fazemos mal aos teus pais se não ficares aqui.”*

Ouvi que uma mulher paga 150€ por dia pelo aluguer de uma montra.

Ouvi afirmarem que é um negócio em plena ascensão.

Ouvi também que jovens holandesas eram obrigadas a exporem-se nas montras pelos namorados.

Vi os instrumentos de tortura preferidos pelos homens/clientes.

Ouvi também que há mulheres que gostam de se prostituir.

Trabalham 12 horas por dia, 6 dias por semana, e os clientes pagam 50 € apenas por seis minutos.

Ouvi que esta zona vermelha funciona durante o dia e durante a noite, 24 horas por dia. É uma zona turística.

Será que este museu é para defender a violência de género?

Será para defender a igualdade entre mulheres e homens?

Acompanhei durante estes longos anos cerca de 8000 mulheres e afirmo, com segurança, que a prostituição viola severamente a dignidade humana e os Direitos Humanos. É contra a igualdade de género e, quem defende a igualdade, não pode afirmar que a prostituição é uma forma de a mulher utilizar o seu corpo conforme entender. Não é uma forma de o homem usar o corpo da mulher como entender?

As violências do mundo do trabalho e as mulheres

Fátima Messias

Lisboa

Os 40 anos do 25 de Abril e do 1º de Maio em liberdade, que este ano comemoramos, são indissociáveis dos avanços nos direitos sociais e laborais, no desenvolvimento económico, no progresso e na justiça social, consagrados na Constituição da República Portuguesa, na contratação colectiva e na legislação, em particular no que respeita à igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens, em todas as vertentes da vida e da sociedade, no trabalho e no emprego.

Vivemos tempos de retrocesso histórico.

As mulheres trabalhadoras, reformadas ou desempregadas e os trabalhadores, em geral, enfrentam a situação económica e social mais violenta da história recente do nosso país, num tempo marcado por uma brutal ofensiva ideológica.

As mulheres, em Portugal, são a maioria:

- * Dos desempregados de longa duração;
- * Dos contratados não permanentes;
- * Dos trabalhadores a tempo parcial;
- * Dos que recebem o Salário Mínimo Nacional;
- * Dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
- * Dos afectados por doenças profissionais;
- * Dos que exercem um maior número de horas de trabalho não remunerado.

Os tempos de baixa natalidade que vivemos são inseparáveis da destruição do emprego de qualidade e com direitos, do alastramento do desemprego, da emigração, da generalização, da precariedade, do desrespeito e violação dos direitos da maternidade e paternidade nos locais de trabalho, dos baixos salários, da desregulamentação e aumento dos horários de trabalho, dos custos elevados com a habitação, da falta de equipamentos de apoio à infância a custos acessíveis, dos cortes generalizados nos apoios sociais (uns já efectuados pelo Governo e outros perspectivados no Orçamento de Estado para 2015), nos abonos de família, na saúde, na educação e nos serviços públicos, a par de um intolerável agravamento de impostos sobre os rendimentos do trabalho e as pensões de reforma e de sucessivas isenções e reduções de impostos sobre o capital, alargando-se a pobreza de muitos e centralizando-se a crescente riqueza de alguns.

O ano de 2014 foi designado como o “*Ano Europeu da Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar*”.

A realidade é, porém, inversa quando olhamos o que se está a passar na Administração Pública, com o ataque às 35 horas de trabalho semanal e, no sector privado, com o recurso a prolongamentos ilegais de horários e imposição de bancos de horas, em simultâneo com a recusa de atribuição de horários flexíveis a pais e mães com filhos até 12 anos de idade, com ritmos de trabalho alucinantes, que acarretam graves consequências para a saúde de milhares de trabalhadores, a par do aumento das situações de assédio moral, ou seja, da tortura psicológica no trabalho.

Não constitui nenhuma solução o recurso ao trabalho a tempo parcial, que prejudica todos, em especial as mulheres, não promove a natalidade, traz consequências ao nível da progressão na carreira e possibilita o aumento das discriminações negativas por parte das entidades patronais.

Na sua maioria involuntário, este tipo de trabalho é gerador de baixos rendimentos, baixas reformas e baixa protecção social. Muitas vezes revestindo a forma de contratos não permanentes, o trabalho a tempo parcial é também uma forma de trabalho precário potenciador da quebra de independência económica das mulheres.

Uma verdadeira política de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional exige emprego de qualidade e em igualdade, respeito pela contratação colectiva, aumento geral dos salários e do salário mínimo nacional para os 540 euros e redução dos horários de trabalho, sem perdas salariais, como justamente é reclamado pela CGTP-IN.

Estamos conscientes que, sem alteração das políticas que têm vindo a ser seguidas, não sairemos da situação de retrocesso em que nos encontramos.

O futuro constrói-se e o país rejuvenesce-se, com uma política que assuma no presente a estabilidade e a segurança no emprego, enquanto elementos estruturantes para que os nossos jovens possam organizar a sua vida profissional, pessoal e familiar no país onde nasceram, querem trabalhar e ser felizes.

Entre os tempos que vivemos e os tempos que queremos viver, impõem-se compromissos de luta para romper com esta política, que põe em causa direitos humanos, agride e humilha o povo e coloca o nosso país numa situação cada vez mais periférica no plano europeu.

Sabemos o que está em jogo: são as nossas vidas, as vidas das novas gerações, a nossa dignidade, o nosso futuro colectivo.

O que se está a determinar é que tipo de país vamos deixar: o de cada um por si e da lei do mais forte, ou o do progresso social, da igualdade e da solidariedade, da liberdade e da democracia iniciada com a Revolução de Abril.

Somos um movimento de mulheres que não desiste e resiste, que não se ilude nem vacila perante as dificuldades, que não se acomoda e protesta, que não se verga e propõe, que não abdica, luta e conquista.

Somos um movimento de mulheres que sabe que está nas nossas mãos os destinos das nossas vidas, num processo que está interligado com o papel destacado que as mulheres têm tido na frente da luta pela igualdade, que tem de ser conquistada, palmo a palmo, em cada local de trabalho e na sociedade.

A participação e intervenção de cada vez mais trabalhadoras, desempregadas, reformadas ou aposentadas, nas diferentes esferas da vida – económica, política, social, cultural e desportiva –, a sua afirmação como força social activa, fazem das mulheres uma força poderosa e imprescindível na luta contra a exploração, as desigualdades, o desemprego e o empobrecimento da população e do país.

O incentivo à maior participação e luta das mulheres pela defesa dos direitos conquistados e na conquista de novos direitos, coloca hoje renovados desafios num amplo espaço de intervenção e de cooperação nos sindicatos, nas organizações de mulheres e em particular no Movimento Democrático de Mulheres que, ao longo dos seus 46 anos de vida, já provou que ocupa um lugar ímpar nos itinerários e conquistas desta longa luta pela emancipação das mulheres portuguesas.

E a luta continua!

9º CONGRESSO MDM

{3º Painel}

*“A Carta dos Direitos da Mulher:
Um projecto global e urgente para a luta
das mulheres pela sua emancipação”*



A Carta do Direitos das Mulheres
Um projecto global e urgente para a luta das mulheres
pela sua emancipação

Fátima Amaral

Lisboa

Queridas amigas Congressistas,

Caras convidadas e convidados,

Ao longo deste dia tivemos já a oportunidade de fazer uma análise retrospectiva e da actualidade sobre os principais traços, no contexto político, social, económico e cultural, que marcaram e marcam a vida das mulheres no nosso país.

Não ficámos apenas a fazer a radiografia mas também reflectimos, aprofundámos e actualizámos temáticas mais relacionadas com o estatuto da mulher na sociedade e na família, bem como o delinear de orientações para o trabalho do MDM.

Da mesma forma, se falou de direitos das mulheres no Mundo, na solidariedade, na Paz e na luta pela independência e autodeterminação dos povos.

Agora, neste painel, vamos olhar para o futuro e, conforme o estabelecido nos nossos Estatutos, decidir “*A Carta dos Direitos da Mulher. Um projecto global e urgente para a luta das mulheres pela sua emancipação*”.

Queridas amigas,

A consigna da carta é: “*Exercer Direitos! Defender a Dignidade! Dar Força à luta Emancipadora das Mulheres!*”; são estes os grandes eixos que o MDM propõe e se compromete a assumir no próximo mandato.

O MDM, ao declarar que a igualdade é um direito fundamental e que os direitos das mulheres são direitos humanos e fundamentais, considera que as violações dos direitos de que as mulheres são vítimas ofendem a dignidade individual e colectiva da sociedade e resultam do não cumprimento pelo poder económico e político de normas constitucionais e internacionais e, por isso, vai continuar a lutar:

- * Por políticas de promoção de investimento que impulsionem a criação de emprego e de aproveitamento da qualificação das mulheres;
- * Pela aplicação dos direitos laborais, em matéria de protecção das trabalhadoras, no combate ao trabalho infantil, à escravidão doméstica e à exploração laboral das imigrantes;
- * Pelo combate à pobreza, com rosto de mulher;
- * Pela defesa dos direitos sociais e valorização do trabalho e dos salários das mulheres, como condição básica para a sua independência económica, emancipação intelectual e cultural;
- * Pelo combate ao recurso ilegal de trabalho precário e desregulamentação das relações laborais, particularmente quanto aos horários de trabalho;
- * Pela defesa do acesso em igualdade ao SNS e em especial aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, à educação sexual e ao aborto seguro e legal;
- * Pelo combate às violências contra as mulheres e crianças e também às violências e maus-tratos sobre as mulheres imigrantes e idosas.

Caras amigas,

O MDM ao considerar que a estabilidade no emprego é indissociável da estabilidade afectiva e emocional das pessoas e das famílias, compromete-se a continuar a lutar:

- * Por melhorar a situação das mulheres trabalhadoras, quanto ao direito a salário igual para trabalho igual, quanto à segurança social na reforma, no desemprego, na assistência em caso de doença;
- * Por garantir direitos sociais relativos à conciliação da vida familiar e profissional como a licença parental e a protecção da maternidade, o direito a usufruir de licença de paternidade/maternidade, sem que sobre os pais seja exercida qualquer discriminação, por parte da entidade empregadora;
- * Por medidas que permitam a promoção da natalidade, nomeadamente do acesso, atempado, aos tratamentos de infertilidade;
- * Pela criação de redes públicas de creches e infantários e outros equipamentos que permitam uma melhor conciliação entre a vida profissional e familiar;
- * Por pugnar pelo respeito pelos direitos das mulheres imigrantes.

Caras amigas,

O MDM ao considerar ainda a necessidade da promoção da salvaguarda das liberdades individuais vai lutar:

- * Para exigir a eliminação das discriminações em razão da deficiência, ainda mais acentuadas pela condição de ser mulher;
- * Por combater o racismo e a xenofobia. Combater todas as manifestações do fascismo e neonazismo, crescentes em Portugal e na Europa. Combater todas as manifestações de repressão nas empresas e na sociedade por motivos de ordem étnica, religiosa ou ideológica;
- * Contra as discriminações em razão da orientação sexual.

No que respeita ao direito à informação, pela promoção da literacia feminina e de uma atitude reflexiva e crítica por parte das mulheres, indissociável do direito de cidadania, o MDM defende:

- * A divulgação de uma informação plural, rigorosa e de boa qualidade e o desenvolvimento de patamares de informação adequados, tendo em vista colmatar o défice democrático, dando visibilidade e voz às experiências das mulheres, incluindo as trabalhadoras na sua luta emancipadora;
- * A promoção da discussão pública sobre as questões da igualdade tendo em devida conta que o direito a uma informação séria exige uma linguagem sem estereótipos sexistas;
- * A utilização da imprensa feminina ou de programas que são dedicados às mulheres para divulgar actividades e temáticas que interessam o MDM.

Num contexto de profundas mistificações e retrocessos civilizacionais, com a emergência de novas leituras para novos e velhos problemas, e considerando que as liberdades e os direitos individuais são indivisíveis e indissociáveis dos direitos sociais e de cidadania, importa ter em conta que:

- * A cidadania implica o direito a ter uma vida decente e digna, o direito de participação na esfera pública, o direito de eleger e de ser eleita; implica o combate às desigualdades sociais, o direito à habitação, à educação, ao emprego, a um salário digno e à formação;

- * A cidadania implica também o direito a um sistema público de saúde e de segurança social que promovam a protecção social de todas as mulheres;
- * Implica pois lutar contra as tentativas de incluir na lei portuguesa a prostituição como um trabalho sexual; as mulheres prostituídas devem ser apoiadas nos seus direitos como cidadãs relativamente à saúde, à formação, à protecção social e com políticas de inclusão social.

Caras amigas,

Um dos outros eixos da Carta respeita à intervenção do MDM para reforçar a participação das mulheres como cidadãs, mães e trabalhadoras e nesse sentido coloca-se que:

- * A participação, que envolve a acção e reivindicação das pessoas são condições determinantes na luta contra a exclusão, em qualquer domínio da vida, designadamente das mulheres;
- * A conquista da democracia e dos direitos políticos é uma luta constante e exige envolvimento permanente;
- * As diferenças de género não podem pôr em causa a autonomia e a independência da mulher, nem serem algemas para a liberdade de pensamento e opinião, de consciência e religião.

Assim, a última parte da Carta realça a relevância do projecto do MDM na construção da sociedade de justiça social e de Paz a que aspiramos, livre de maus-tratos, humilhações e violências sobre as mulheres, na construção da sociedade liberta da opressão e da discriminação, e, para tal, o MDM conta com a participação e o envolvimento empenhado das mulheres na sua organização. A história e os objectivos do MDM são indissociáveis da luta pela igualdade de direitos e oportunidades, indissociáveis da luta pela democracia e valores democráticos, indissociáveis das conquistas e valores de Abril.

O MDM organiza e faz convergir o protesto e a reivindicação na defesa dos direitos que integram a luta pelo estatuto emancipador da mulher.

O MDM é a força de mulheres que intervêm socialmente, organiza o espaço e o tempo das mulheres e dissemina o entusiasmo e a alegria de transformar e criar mundos de felicidade e utopia.

Porque somos cidadãs de pleno direito, lutaremos para não perder os direitos conquistados, exercendo-os e procurando sempre o seu aprofundamento, sendo certo que os direitos das mulheres não representam quaisquer privilégios, integram-se nos direitos humanos como pedras basilares da civilização humana.

VIVA O MDM!

VIVA A LUTA DAS MULHERES!

As mulheres no interior do país

Mónica Ramôa

Castelo Branco

Amigas,

O século XX foi o século das grandes conquistas para a humanidade, foi o século da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Carta dos Direitos da Criança, de vários tratados e cartas internacionais em defesa do ambiente, das artes e da cultura, foi o século do 25 de Abril, da Declaração de Salamanca e da construção da Escola Pública... século XX é sinónimo de conquistas, é sinónimo de direitos das mulheres, de algumas mulheres, em alguns países... em Portugal... Se pudéssemos traduzir o século XX numa palavra, essa palavra seria Humanidade. Os homens e as mulheres conquistaram direitos e bem estar, desenvolvimento, ciência e cultura, conquistámos o espaço... fomos à Lua.

Já o século XXI está a ser o século da globalização, da globalização neoliberal, do pensamento único, da hegemonia dos mais poderosos... todas as dimensões da sociedade humana são agora pensadas e concretizadas numa lógica económica... economicista. Vivemos o tempo onde a riqueza se concentra, mais uma vez, apenas, em alguns e onde a pobreza se tornou viral ... estamos cada vez mais pobres e somos cada vez mais desta condição, só na União Europeia são mais de 130 milhões. Em Portugal, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2012, o risco de pobreza atingiu 24,4% das crianças portuguesas ... e pobreza consistente atingiu 15% das nossas crianças e jovens. Segundo reportagem do jornal Público, de 16 deste mês (Dia Internacional da Irradicação da Pobreza), as pessoas que vivem em risco de pobreza, ou em situação de privação material severa, ou em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida, constituem o universo da população em risco de pobreza ou exclusão social. Essas características atingiam 25,3% da população em 2012; passaram a atingir 27,4% da população em 2013. Isto significa que cerca de 3 milhões de portugueses, muitos deles crianças, são pobres. Em Portugal e em 2013, 54,5% das crianças viviam em famílias com rendimentos agregados inferiores a 628 € e mais de 1300 crianças estavam sinalizadas nas escolas por carência alimentar grave.

E... em 2014, 40 anos após o 25 de Abril, o rosto da pobreza em Portugal é de mulher desempregada e com baixa escolaridade a viver com menos de 120 € por mês.

O século XXI está, mais do que o anterior, a criar os “ninguéns” do poema de Eduardo Galeano.. “(...)

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fedidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos . Que não tem cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, (...)”

Todas estas políticas de raiz e inspiração neoliberal estão a comprometer todas as conquistas laborais e de cidadania, que foram conseguidas desde o 25 de Abril. Os nossos direitos, os direitos das mulheres estão a sofrer golpes brutais.

Assim como Portugal, por ser um país periférico, tem efeitos majorados decorrentes da globalização, também as regiões ultraperiféricas, como é o caso do interior, vivem realidades perfeitamente incompatíveis com aquilo que se esperaria de um país democrático, justo, equilibrado e desenvolvido, que todas nós ajudamos a construir e que queremos legar aos nossos filhos e netos.

As mulheres no interior do país sofrem mais violentamente o fenómeno do desemprego (que afeta em todo o país mais as mulheres do que os homens) pois, como há menos emprego, é muito mais difícil deixar a situação de desempregadas. Ganha-se menos no interior e são os salários das mulheres que mais contribuem para esta diferença.

No interior, elas sofrem, severamente, os efeitos da destruição dos serviços públicos... não há creches (em número e qualidade suficientes) e a escola dos seus filhos fica a horas de viagem, em autocarros degradados, pois os transportes públicos de qualidade não pertencem ao seu quotidiano e a escola, ao pé de casa, foi encerrada. O centro de saúde fica a quilómetros de distância e as urgências não funcionam todo o dia... nem todos os dias. O tribunal está cada vez mais longe e a justiça deixa de ser para todas... As estradas não têm manutenção e as autoestradas têm portagens, as mais caras do país. As maternidades estão a fechar, assim como os serviços de neonatologia, cardiocirurgia, neurocirurgia, etc, etc, etc... é que no interior, todos os hospitais são de nível 1... e isto, pode significar... morrer-se mais no interior.

No poema “Eu sou do tamanho do que vejo”, Alberto Caeiro escreveu: “Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...” Mas... a Ciência... diz-nos que quando olhamos o Universo, somos, nesse momento, o que de mais futuro existe... por isso, no interior, como noutras regiões ultraperiféricas, o que as mulheres veem poderá ser apenas... o passado... ou como disse a grande Maria Lamas, “os muros das casas fronteiras”..

Por isso, a atividade dos núcleos do MDM nas regiões ultraperiféricas reveste-se de grande importância, não só na defesa e salvaguarda dos direitos e interesses das mulheres, mas também na luta por um país democrático e soberano, além de poder alertar para temáticas que, normalmente, são ignoradas pelos poderes instituídos. Nesta lógica, na Covilhã, um conjunto de mulheres que tendo em comum a defesa dos direitos da mulher, mas também a defesa da construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e democrática, reativou o núcleo do MDM. Desta forma, poderemos, achamos nós, mais eficazmente, intervir e pugnar pela defesa dos direitos das mulheres e de todas as causas que contribuem para fortalecer os valores de Abril na vida dos portugueses.

É certo que, como disse o Professor Sampaio da Nóvoa a 10 de junho de 2012, as palavras não mudam a realidade... mas ajudam-nos a pensar, a conversar, a tomar consciência... e a consciência, essa sim, pode mudar a realidade.

Como queremos mudar a realidade em que vivemos (que é anacrónica em relação ao que já foram as conquistas das mulheres e do povo português), estamos... ainda que timidamente, a lutar e a tentar construir consciências... boas consciências...

... daquelas que não permitam, em nenhuma circunstância, que o nosso olhar ... o olhar de mulheres portuguesas se mantenha de joelhos!

Viva o 9.º Congresso do MDM!

Vivam as mulheres portuguesas e a sua luta!

A importância da angariação de fundos na actividade do MDM

Maria Joaquina Silvério

Lisboa

Queridas Amigas,

Estimadas convidadas e convidados,

Estamos a realizar o nosso 9º Congresso no ano em que se completam os 40 anos do 25 de Abril e mais de 40 da vida do Movimento.

Nestes quatro anos, após o 8º Congresso, muito diversificadas foram as actividades desenvolvidas e temas que tivemos a possibilidade de abordar e aprofundar.

Entre elas, temos a destacar os Projetos financiados e que enquadrámos nos nossos programas de acção, de esclarecimento e sensibilização de organizações e mulheres, pelos seus direitos e luta pela igualdade. Foi o mandato em que tivemos mais projectos, que passaram pelo trabalho de vários núcleos em articulação com o trabalho central.

A realização destes projectos possibilitou o alargamento dos contactos do Movimento, a participação de pessoas e organizações interessadas, estudiosas e dedicadas às matérias tratadas.

Mas não pensemos que tudo tem sido fácil. Tem sido necessária uma gestão muito rigorosa e cuidada. Embora as verbas atribuídas permitam a realização das diversas actividades existem muitas dificuldades, porque as quantias necessárias são apenas disponibilizadas após comprovação da sua realização, tendo de ser adiantadas e, em muitos casos, levando bastante tempo para serem enviadas ao Movimento.

Os projectos trouxeram-nos grandes experiências.

Por outro lado, o nosso Movimento tem vindo a desenvolver inúmeras iniciativas ao longo do país, centralmente, em locais onde existem núcleos organizados, mas também onde estes não existem e onde foi possível a partir da iniciativa de, por vezes, uma ou duas amigas, juntar outras mulheres, criar ligações com organizações locais. Com imaginação conseguiram encontrar-se apoios, em grande parte não financeiros, que permitiram as actividades.

E, assim, o Movimento foi também dado a conhecer, foram criadas sinergias com outras organizações, foram ganhas, para connosco trabalhar, outras mulheres, com actividades nos mais diversos sectores, que com as suas experiências também enriquecem as nossas causas.

Todas somos poucas para as tarefas e os desafios que se nos colocam. Os ataques aos valores de Abril estão aí. Temos de continuar a lutar.

O MDM tem centralmente inúmeras despesas, muitas decorrentes de iniciativas centrais, mas sempre as do normal funcionamento, como eletricidade, telefone e internet, correios, condomínio, limpeza, entre outras. E ainda despesas em materiais de divulgação da participação em actividades nacionais ou mesmo internacionais.

Contamos com a colaboração das diversas amigas que connosco trabalham com generosidade.

Vivemos sempre com dificuldades financeiras.

Chamamos a vossa atenção para a necessidade do cumprimento dos nossos compromissos e de

os núcleos enviarem regularmente, para o MDM central, as quantias correspondentes às quotas locais ou de outras iniciativas.

Mas o nosso movimento desenvolve-se por todo o país!

Será que na nossa actividade regular dedicamos de quando, em quando, algum tempo para discutir e aprofundar a questão dos fundos, que garanta o presente mas também o futuro sem grandes sobressaltos?

Ou será que é apenas quando decidimos uma iniciativa que procuramos como encontrar apoios?

Vivemos uma situação de grandes dificuldades financeiras que nos atingem diariamente, a nós, mas também as organizações que têm cada vez mais os seus orçamentos apertados e regulamentados.

Assim, temos que contar essencialmente com a nossa imaginação e, também, com a planificação de trabalho.

E, queridas amigas, temos tido exemplos de núcleos locais e regionais que encontraram as formas mais diversas para ultrapassar as dificuldades.

Gostaria de vos anunciar que o trabalho dos diversos núcleos, na fase de preparação do Congresso, vai permitir cumprir o orçamento que, para ele, aprovámos. Para todas, Parabéns pelo vosso trabalho! Uma palavra de apreço pelo grande contributo para o MDM e para este Congresso dos núcleos da Baixa da Banheira e de Montemor.

Sejamos optimistas!

Vamos partir para uma atitude mais eficaz, vamos dedicar um pouco do nosso tempo ao problema dos fundos, a nossa vontade, empenho e convicção nos nossos valores vão ajudar a atingir o que queremos.

Trabalhemos pois, pelo alargamento e reforço do nosso Movimento, reforçando os meios para desenvolver as acções que se integrarão nos objectivos que iremos aprovar na Carta dos Direitos das Mulheres.

Viva o 9º Congresso!

Viva o MDM!

As mulheres

Uma força social interveniente

Ana Paula Zeverino

Alcochete

Queridas Amigas Congressistas,
Queridas Amigas Convidadas e Convidados,
Queridas Amigas Convidadas Estrangeiras,

Iniciamos com as palavras de Maria Lamas, ex-presidente honorária do MDM, na sua saudação ao 1º Congresso do nosso movimento:

“Obra de Amor é a Justiça! E, na verdade, o amor surge onde uma causa justa empolga a vontade de emendar os trilhos do egoísmo ou da indiferença. Eu creio nos novos e apelo para o seu poder de decisão na luta efectiva e permanente por uma sociedade mais justa e uma vida melhor!”

Maria Lamas

E diz-nos a Teresa Horta:

“Deu-nos Abril o gesto e a palavra...”.

E nós dizemos *“...e o mais tomamos nós!”*

Queridas Amigas,

É com grande honra que em nome dos núcleos do Montijo e Alcochete saudamos, neste dia de tão grande significado, as milhares de mulheres que de norte a sul do nosso país ajudam a construir, com a sua força, coragem e amor, este Portugal Democrático, de progresso e desenvolvimento. Do direito de voto ao direito à palavra, na alegria de ser mulher, na afirmação da liberdade de pensar, de sonhar e de agir por Abril.

Homenageamos hoje e sempre os milhares de mulheres anónimas que em condições muito difíceis, ousam diariamente, romper o silêncio, nas empresas, nas organizações, nas ruas lutando pelos seus direitos, dando cada dia mais força à luta das mulheres. Ousando no quotidiano a verdadeira igualdade, exigindo na prática o desenvolvimento, agindo pela paz.

Neste crescer de participação, nesta afirmação pela igualdade, foram também crescendo os núcleos do MDM, permitindo um movimento mais interveniente, porta-voz das aspirações mais sentidas pelas mulheres. Ampliam-se e amadurecem os diversos núcleos do MDM no nosso país, com a implementação dos diversos projectos que estão a ser apresentados ao nosso congresso, nas áreas da saúde, da violência, do trabalho e da mediação da mulher através da realização dos diversos seminários, encontros, debates de análise e confronto de ideias relativamente aos problemas mais prementes das mulheres das diferentes regiões, assim como, as exposições, instalações, percursos e itinerários culturais, edições e publicações temáticas também aqui, reflectidas no nosso 9º Congresso.

Queridas Congressistas,

O Movimento Democrático de Mulheres é um movimento nacional, herdeiro de muitas organizações de mulheres como o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e da Associação Feminina para a Paz. O que é participar nas organizações do MDM? Não obstante as dificuldades reais e crescentes que as mulheres enfrentam hoje no seu dia-a-dia, no sentido da sua necessária disponibilidade temporal para uma maior participação, os núcleos do MDM encontram-se cada vez mais vivos, trazendo à participação mais jovens no sentido da renovação dos ideais deste movimento.

As mulheres tomam, efectivamente, o gesto e a palavra e descubrem que o seu sentimento é

partilhado por tantas outras mulheres, caminhos feitos de interrogações, de paixão, de sonho, de reflexão, de reclamação, mas sobretudo de acção, cada dia mais consciente, pela transformação das suas condições sociais, económicas, políticas e culturais.

O MDM reafirma, assim, através da sua acção, nas dezenas de núcleos espalhados pelo nosso país, este imenso património de sensibilização para as questões do quotidiano da grande maioria das mulheres portuguesas, particularmente as que se encontram em situações de maior vulnerabilidade económica e social.

Queridas Congressistas,

Quem somos, que movimento queremos ser? Como correspondermos melhor, como movimento de mulheres, ouvindo as suas aspirações, os seus desejos de transformação, de mudança de vida, aglutinando todos os seus anseios?

Somos espaço, encontro, debate das nossas reivindicações. Mas como multiplicar a nossa voz, fazer chegar a nossa palavra, desenvolver a nossa acção que despertará novas e mais consciências, conciliando a nossa função de cidadãs, trabalhadoras e mães?

Dinamizando criativamente e organizando todo um património de trabalho e de luta das mulheres portuguesas na solução dos seus problemas, na transformação das mentalidades e na preconização de um bem-comum. As organizações locais permitem a intervenção do MDM de uma forma mais efectiva em todas as áreas do poder e de decisão, através da nossa participação, nas autarquias locais, nas associações recreativas e culturais, na comunicação social, permitindo reescrever a história do passado e do presente no feminino.

Toda esta acção reforçará a tomada de medidas locais, regionais e centrais sobre áreas políticas determinantes de maior justiça. Porque o que caracteriza e distingue este movimento é a sua grande ligação às mulheres e aos seus problemas.

Queridas Amigas,

Obrigada por partilharem connosco esta reflexão sobre a acção transformadora das mulheres na sociedade portuguesa. Acção que pretendemos continuar a desenvolver com a vossa participação, entusiasta, empenhada, lutadora, determinada, desconstruindo mitos e preconceitos, contestando as diferenças sociais, construindo quotidianos com qualidade de vida, conquistando a igualdade e equidade no espaço público, rejeitando o desemprego, as violências e a exclusão social, forjando relacionamentos, consolidando teias de afectos e solidariedade com as outras organizações femininas, lutando sempre pelos direitos das mulheres, pelo exercício da cidadania, pela paz em Portugal e no mundo.

É urgente, é necessário, é imperativo dar mais vida à nossa organização de mulheres – o Movimento Democrático de Mulheres.

O tempo de luta das mulheres é hoje e agora!

As mulheres do MDM exigem
tempo para viver,
tempo para agir,
tempo para amar.

Como nos dizia Maria Lamas...

Viva as mulheres portuguesas!

Viva a solidariedade entre as mulheres de todo o mundo!

Viva o 9º Congresso do Movimento Democrático de Mulheres!

Uma experiência de trabalho com a juventude no Porto

Carina Novais

Porto

O Núcleo do Porto saúda todos os presentes neste 9º Congresso do Movimento Democrático de Mulheres.

Este é um momento para reavivar os valores de Abril a todos e a todas que deles têm memória, mas com destaque para os mais jovens que não os tendo na memória têm que os ter na consciência porque se confrontam, hoje, com o desemprego, com a precariedade laboral, com a emigração, com os ataques à educação e com o retrocesso social.

Na sua actuação, o Núcleo do Porto, tem prestado particular atenção à juventude, no âmbito do projeto Sensibilizar e Prevenir Desigualdades que teve lugar em 2013/2014. O papel que o MDM tem no desenvolvimento do pensamento, da informação, da consciencialização e da opinião é inestimável e tem um potencial enorme junto das escolas. As parcerias com as escolas devem marcar uma presença estratégica, na medida em que são uma actuação fundamental quando nos coloca em contacto directo com centenas de jovens, com a comunidade docente, com técnicos sociais, com as associações de estudantes e as associações de pais.

Com esta actuação colocamos, na agenda escolar de mais de uma dezena de escolas do distrito do Porto, a reflexão acerca das discriminações sobre as mulheres no trabalho, na vida familiar, na participação na vida pública. Em muitas destas escolas, pela primeira vez, se reflectiu sobre a violência contra as mulheres; se sinalizaram datas tão importantes como o Dia Europeu Contra o Tráfico de Seres Humanos, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora.

Motivar os jovens a ouvir a nossa mensagem é particularmente desafiante e é uma tarefa difícil porque, mais do que cativar a atenção, impera criar a opinião. Temos procurado responder a este desafio através de meios pedagógicos activos, por exemplo, através de performances teatrais que reflectem situações de discriminação da mulher no trabalho. Se pretendemos que os jovens tenham espaço para reflectir, há que confrontá-los com traços da realidade, a realidade da disparidade salarial, da precariedade laboral, da vulnerabilidade social a que as mulheres estão, particularmente, sujeitas.

É também importante parar para os ouvir, saber o que pensam. Ao longo deste ano, foi elaborado um estudo com 760 jovens do distrito do Porto que procurava conhecer o que pensam acerca da violência no namoro. Os resultados mostram-nos em que situações devemos intervir e, de facto, o que importa referir é que entre os jovens impera a legitimidade da violência contra as mulheres.

Temos meios para intervir porque temos na nossa mão o legado histórico deste Movimento que lutou contra a opressão e a desigualdade. No presente, é importante continuar a criar e recriar formas de luta pelos direitos das mulheres, pela consciencialização dos problemas e das questões políticas, sociais e económicas que fundamentam a discriminação da mulher. Reforçar o envolvimento dos jovens na actividade do MDM é crucial para o nosso futuro.

Há que incentivar a uma participação baseada na criatividade, na ousadia e na inovação. É, por isso, importante que se utilizem as artes gráficas e a linguagem multimédia. São exemplos, trabalhos de dezenas de alunos/as que, no âmbito do projeto, construíram spots para rádio, cartazes e vídeos e que foram importantes materiais de intervenção sobre a violência contra as

mulheres.

Materiais inovadores que foram solicitados pelas redes locais, tais como as casas da juventude e as autarquias, que com facilidade os divulgam nas suas redes sociais e, portanto, têm um potencial enorme na ampliação dos públicos a que se dirigem. Outro aspecto que gostaria de destacar nestas experiências de trabalho com os jovens é a importância de lhes conceder o protagonismo na intervenção, são eles e elas os protagonistas das atividades.

Destacamos uma curta-metragem que foi protagonizada por um grupo de alunos/as de artes sobre o tráfico de mulheres. Esta curta-metragem tem sido divulgada pelas escolas e por parceiros que são para nós tão importantes, como a Escola Segura da Polícia de Segurança Pública. A iniciativa e o empenho que estes jovens demonstraram quando se sentiram valorizados é de notar e incentiva-nos a continuar a lutar por este caminho, o caminho da luta pela dignidade e pelos direitos das mulheres, e o caminho é o da Luta pelos valores de Abril.

Viva o 9º Congresso do MDM!

Pela mudança política vamos cumprir Abril

Etelvina Ribeiro

Marinha Grande

Saúdo, todas as Delegadas e Convidados presentes.

Os direitos das mulheres no nosso País têm apenas quatro décadas, direitos de igualdade que se inscrevem nas grandes conquistas alcançadas pelo nosso povo, com a revolução de Abril, que pôs fim à discriminação entre sexos, imposta pelo fascismo.

A Constituição, lei fundamental do País, consagrou o princípio da igualdade jurídica e da igualdade de oportunidades, sem qualquer discriminação.

No trabalho foi instituído o princípio, para trabalho igual, salário igual, os trabalhadores e trabalhadoras, com a luta, consagraram nos contractos colectivos, a salvaguarda de acesso à carreira profissional em igualdade, assim como, em todo o clausulado, se consagrou direitos iguais para homens e mulheres.

Há mais de três décadas que foram implementados os contractos a prazo, o que criou a precariedade e, como se não bastasse, as empresas, há largos anos, passaram a contratar empresas de trabalho temporário, ou prestadoras de serviços, colocando assim trabalhadoras a exercer as profissões mas não recebendo como os trabalhadores do quadro, estando sempre na incerteza de até quando terão emprego; a esmagadora maioria deste trabalho precário é de mulheres, umas jovens que apenas desta forma tem trabalho, outras com mais idade, que se viram confrontadas com o desemprego e só lhe restou a alternativa do emprego precário.

Ou seja, o capital, cada vez mais, tem uma atitude de exploração atroz, impõe a precariedade e por consequência os baixos salários.

Em muitos sectores da Indústria, dos Serviços e do Comércio, está instituído o trabalho por turnos, as empresas de laboração continua, tem horários claramente prejudiciais à saúde, trabalhando todos os dias da semana, em turnos rotativos, com um horário diferente, em cada um dos dias, o que cria problemas especialmente às mulheres trabalhadoras, porque as limita, na organização familiar, no acompanhamento aos filhos e condiciona também, muitas jovens a serem mães.

Por tudo isto, se impõe a demissão do governo, a mudança de política, e que se criem condições económicas, laborais e sociais, em que haja a redistribuição de riqueza, que terminem as desigualdades, as discriminações, a exclusão, o desemprego e a violência, seja esta física ou psíquica.

As mulheres exigem direitos na lei e na vida, é preciso uma sociedade mais justa e democrática.

Vamos Retomar os Valores de Abril, efectivar a igualdade no trabalho, na família, na vida social, política e cultural.

A Igualdade é Progresso para Todos!

Pela Mudança Política Vamos Cumprir Abril!

Viva o 9º Congresso do Movimento de Mulheres!

As professoras... nomes fictícios para vidas reais

Em defesa da escola pública, inclusiva e democrática

Filomena Pires

Viseu

O retrato imperfeito, que vos trago, respeita às profissionais da educação, trabalhadoras da escola pública, a escola de Abril, promotora de igualdade.

Maria é assistente operacional. Aufere pouco mais de 500 euros partilhados com dois filhos. A mais velha frequenta o ensino superior, o mais novo, o secundário. As contas desta família monoparental são pagas com as migalhas recolhidas em 3 postos de trabalho: 40 horas na escola, as limpezas à hora do almoço e nos fins-de-semana, as noites dormidas a acompanhar uma idosa.

Ana Maria é doutorada por uma universidade italiana. Na lista pública de docentes da escola superior onde trabalha, a recibos verdes, o nome dela não consta. É o anonimato da precariedade com face de mulher: sem direito a licença de maternidade, horas de amamentação ou aleitamento, ameaçada de “não renovação” por se ter atrevido a ser mãe.

Maria Inês é assistente operacional - já lhe chamaram Auxiliar de Educação, mas isso foi antes da troica. No piso da Escola Básica onde trabalha, já exerceram funções três auxiliares. Agora está sozinha a tomar conta de um grande número de crianças. O médico de família considerou que só uma baixa médica poderia dar-lhe condições para descansar. Perdeu 3 dias de salário por estar doente, 10% do salário em cada um dos outros 27 dias, prescritos para recuperar a saúde. É pelo skype que mata as saudades do marido emigrado em Angola.

Cristina Maria é professora contratada. No início de setembro, soube que teria de mudar de casa para trabalhar a 511 km, onde foi colocada. Tem 16 anos de trabalho para o Ministério da Educação e Ciência, sem direito a vinculação, a carreira, a estabilidade minimamente compatível com a dignidade da pessoa humana. Tem a seu cargo duas filhas e a mãe dependente. Desespera, mas decide aceitar. Aluga casa a quem não lhe passa recibo, trata da inscrição das filhas na nova escola, desdobra-se para cumprir a aceitação que se impõe. Em Outubro, vê a colocação anulada, é obrigada a tudo refazer porque a administração educativa cometeu um erro de cálculo. As filhas, neste vai que não vem, já vão na terceira escola, sempre provisórias como a vida profissional da mãe. Os recibos de combustível gasto entre colocações desacertadas, que não tem, não serão apresentados, para a indemnização prometida pelo ministro, no tribunal cujas custas não pode pagar porque é preciso comer.

Maria Ana conta 31 anos de docência, 55 de idade. Foi provisória durante 3 anos, efetiva-provisória mais 7. Tem 10 anos de itinerância, correndo o país com a filha, crente de um dia estabilizar perto de casa. Leciona inglês todos os dias em 5 turmas, mas consta no sistema informático do MEC como não tendo componente letiva atribuída. Fruto de medidas premeditadas implementadas por governos com políticas de direita como o actual, é hoje “horário zero”. Sofre a precariedade que paira sobre um vínculo ameaçado pelos cortes orçamentais. Em janeiro de 2015, o salário será reduzido em 40%, depois em 60%, num percurso que constitui efetivo despedimento. Sobrevive à ansiedade, à revolta, à instabilidade, com a ajuda de pílulas mágicas que a fazem dormir e acordar ao sabor da necessidade.

Neste quadro inacabado falta o lugar da Alda Maria: entre as equações que ensina e a hipotenusa que não diz, afirma-se o assédio moral do diretor, que podia ser uma diretora, a gravidez medicamente assistida que se perdeu na perseguição que não cessa. Fica o desabafo da fuga, o

sonho de viver nas suíças de uma exploração que ainda não conhece e acredita não existir.

Há mais espaço para um prisioneiro numa cela que para um aluno numa sala de aulas! – desabafa a Maria Emília sem compreender as razões para as turmas serem cada vez maiores. É o sindicato que a leva a pensar. Sim, o objetivo é claro: quanto mais degradado estiver o ensino público, mais poderá crescer o negócio do privado! Aumenta-se o número de alunos por turma, agregam-se escolas criando agrupamentos pouco ou nada governáveis, muda-se a estrutura curricular e sobram professores onde sabemos que eles fazem falta.

A Ilda Maria não consegue entender: o seu filho, gémeo prematuro, alvo de uma intervenção cirúrgica para colocação de pace-maker definitivo, com diagnóstico de hiperatividade e défice de concentração, carente de apoio individual e individualizado, que usufruiu até ao 4º ano, está agora integrado numa turma de 29 alunos onde outros meninos com necessidades educativas especiais mal sobrevivem. À revelia da lei. É professora.

Nomes fictícios para vidas reais. Não há incompetência em nenhum dos gestos geradores destas histórias. Há intencionalidade. 40 anos depois da madrugada libertadora de Abril, o ataque à democracia, conquistada pela luta, faz-se também no esforço de destruir a educação universal e gratuita, instrumento forte de concretização da igualdade. Degradar as condições de trabalho é apenas uma face desse caminho.

Contarão com a força organizada deste movimento, no combate urgente que tomamos nas mãos, em defesa da escola pública, inclusiva e democrática.

Viva a luta das profissionais da educação!

Viva o 9º congresso do MDM!